

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**RELATÓRIO
DE
ATIVIDADES
2010**

*Desembargador Federal PAULO ESPIRITO SANTO
Presidente*

*Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA
Vice-Presidente*

*Desembargador Federal SERGIO SCHWAITZER
Corregedor Regional da Justiça Federal da 2ª Região*

*LUIZ CARLOS CARNEIRO DA PAIXÃO
Diretor Geral*

Í N D I C E

1 – GESTÃO JURISDICIONAL	3
2 – OBJETIVOS E METAS.....	8
2.1 - Análise do Mapa/Plano Estratégico da Unidade.....	9
2.2 - Plano de Ação referente ao Exercício de 2010.....	11
3 – INDICADORES DE PARÂMETROS UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DE OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E PROGRAMÁTICAS.....	22
4 – PROGRAMAS E AÇÕES EXECUTADOS NO EXERCÍCIO DE 2009.....	29
4.1 - PROGRAMA: 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal.....	29
4.1.1 - Demonstrativo da Dotação/Execução do Programa/Atividades e Projetos.....	29
4.1.2 - Resultado da Execução do Programa 0569.....	31
4.1.2.1 - Assistência Médica e Odontológica	31
4.1.2.2 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes	33
4.1.2.3 - Auxílio-Transporte aos Servidores.....	33
4.1.2.4 - Auxílio-Alimentação aos Servidores	33
4.1.2.5 - Capacitação de Recursos Humanos.....	34
4.1.2.6 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	35
4.1.2.7 - Julgamento de Causas	36
4.1.2.8 - Funcionamento do Centro Cultural da Justiça Federal.....	41
4.1.2.9 - PROJETO 1136 – Modernização de Instalações da Justiça Federal	42
4.1.2.10 - PROJETO 3757 – Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional na Justiça Federal - ISIGI.....	43
4.1.2.11 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	45
4.2 - PROGRAMA: 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União	45
4.2.1 - Demonstrativo da Dotação/Execução do Programa/Operações Especiais	45
4.2.2 - Resultado da Execução do Programa 0089.....	45
4.2.2.1 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões	45
4.3 - PROGRAMA: 0901 – Cumprimento de Sentenças Judiciais	47
4.3.1 - Demonstrativo da Dotação/Execução dos Orçamentos	47
4.3.2 - Resultado da Execução do Programa 0901.....	48
4.3.2.1- Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios).....	48
4.3.2.2 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (RPVs)	51
4.3.2.3 – Devolução de Valores.....	52
CONCLUSÃO.....	53
ANEXOS	54
Anexo I - Demonstrativo da Força de Trabalho	55
Anexo II – Matriz dos Indicadores Estratégicos da 2ª Região.....	57

1 - GESTÃO JURISDICIONAL:

Em cumprimento ao inciso XXXII do art. 22 do Regimento Interno deste Tribunal, apresentamos o Relatório de Atividades do Exercício de 2010.

O Poder Judiciário vem se fortalecendo a cada dia. Os processos de trabalho sofrem os ajustes necessários ao aperfeiçoamento das nossas rotinas, com alvo na qualidade e celeridade. Os dados, que radiografam cada segmento da Justiça, são expostos com comprometimento irrestrito com a transparência da gestão pública.

Efeito da prestação de contas à sociedade, a aplicação dos recursos públicos é divulgada, com informações exatas sobre a contratação de bens e serviços e o pagamento da folha de pessoal. Este compromisso de acesso à máquina administrativa é exemplar, ressaltando, nesse sentido, a firme atuação do Conselho da Justiça Federal, no âmbito da Justiça Federal, e do Conselho Nacional de Justiça, em todos os segmentos do Judiciário Nacional.

A Administração vem focando na modernização dos recursos tecnológicos disponíveis, na produção do saber e na importante discussão sobre temas caros ao universo jurídico, seja os patrocinados pela Escola de Magistratura Regional Federal - EMARF, seja aqueles promovidos pelo segmento da área administrativa.

A alta demanda em matéria previdenciária e a nova visão do Judiciário de um juiz mais próximo da população, o Juizado Previdenciário Itinerante, favorecem a inclusão social, principalmente em matérias pertinentes ao INSS, facilitando o acesso à Justiça Federal da 2ª Região.

O primeiro projeto referente ao juizado itinerante foi o projeto “Justiça sem Burocracia. Expedição da Cidadania. Juizado Especial Federal Itinerante. A Justiça Federal vai ao Cidadão”, que foi desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, sob a Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais – CORDJEFS, em parceria com a Associação dos Juizes Federais do Brasil - AJUFE, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Advocacia Geral da União - AGU, Federação das Industrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN-SESI, Defensoria Pública da União - DPU, contando, ainda, com o apoio da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Esse projeto foi inserido na Ação Global Nacional de 2010. Fruto do convênio entre o SESI/FIRJAN e as Organizações Globo, essa parceria contemplou diversos serviços com foco na cidadania de comunidades do interior ou de regiões urbanas carentes. Durante os eventos, foram atendidos 637 beneficiários, realizadas 417 audiências de conciliação, 252 julgamentos e 503 atermações.

A Coordenadoria dos JEFs, em parceria com o Núcleo de Conciliação do TRF2, incentivou, orientou e organizou mutirões de conciliação na 2ª Região. A conciliação é uma ferramenta valiosa para combater a morosidade no Poder Judiciário e auxiliar no aumento do Índice de Confiança na Justiça no Brasil, fortalecendo o Poder Judiciário e ampliando o acesso à Justiça.

Em consonância com as orientações do Conselho Nacional de Justiça, no tocante ao Movimento Nacional pela Conciliação, foi implementada uma comissão permanente, que possibilita a execução de ações voltadas à conciliação.

No exercício de 2010, foram promovidos quatro mutirões, tendo sido celebrados 1.174 acordos, que correspondem a 57,21% das audiências, envolvendo o montante de R\$ 29.810.840,93, conforme atesta o Gabinete de Conciliação.

No âmbito da Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo, foram realizados os seguintes mutirões: no 2º JEF, com 131 audiências, alcançados 107 acordos, com o valor conciliado de R\$ 1.166.177,33; na Vara Única de São Mateus, foram realizadas 20 audiências, com 80% a 90% de acordos e na Vara Única de Colatina, efetuadas 13 audiências, com 9 acordos, valor conciliado de R\$17.010,00.

Desse modo, pode-se afirmar que tais mutirões se constituem na materialização de todo um esforço institucional envolvendo Órgãos, Magistrados, servidores advogados e as próprias partes, que se mostraram interessadas em realizar a transação. Tais mutirões tiveram como escopo facilitar o acesso à Justiça, diminuindo consideravelmente o tempo de duração da lide, bem como o número de processos que tramitam no Judiciário, proporcionando maior efetividade da prestação jurisdicional.

Considerando a necessidade de maior celeridade na solução de questões aeroportuárias, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região preocupado em atender ao fluxo de turistas durante a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016, instalou centrais de atendimento da Justiça Federal nos Aeroportos Internacional Tom Jobim (Galeão) e Santos Dumont, no Rio de Janeiro, propiciando maior acessibilidade e presteza no atendimento ao jurisdicionado.

Com satisfação, ressalta-se que, no exercício de competência, mais uma vez, o pagamento de todos os precatórios foi efetivado nos primeiros meses do exercício 2010. Durante o exercício, foram realizados depósitos, com recursos gerenciados pelo Tribunal para pagamento de sentenças judiciais transitadas em Julgado (Precatórios e Requisitórios de Pequeno Valor - RPVs) no valor aproximado de R\$1,5 bilhão, para o universo de 87.758 beneficiários.

Quanto à regulação dos serviços judiciários, pode-se selecionar, entre outros, o Provimento nº 83/2010, que "regulamenta a inspeção, por Juiz que atua em Vara Federal com competência criminal na 2ª Região da Justiça Federal, no estabelecimento penal federal no qual esteja recolhido preso sob sua jurisdição".

Foi instituído Grupo de Trabalho, por meio da Portaria nº 159, de 19/3/2010, da Presidência do TRF da 2ª Região, visando à elaboração de minuta de Ato Regulamentar, que otimize os procedimentos administrativos internos e externos, relativos aos cumprimentos dos Alvarás de Soltura e dos *Habeas Corpus*, o que pode viabilizar a expedição de alvará de soltura eletrônico.

A Corregedoria-Regional da Segunda Região elaborou trabalho com o objetivo de consolidar regras esparsas sobre competência e implementar mudanças concernentes a competência

material e territorial das Varas Federais, o que deu origem, em seguida, à edição das Resoluções nºs 22/2010, 23/2010, 24/2010 e 30/2010 da Presidência desta Corte.

Seguindo o cronograma para instalação das Varas Federais e Juizados Especiais Federais, previsto na Resolução nº 102, de 14/4/2010, do CJF, foram instaladas, em 2010, cinco unidades judiciárias, assim distribuídas no Estado do Rio de Janeiro: 10º Juizado Especial Federal do Município do Rio de Janeiro; 3ª Vara Federal de São Gonçalo; 1ª Vara Federal de Nova Iguaçu; 1ª Vara Federal de Duque de Caxias; e no Estado do Espírito Santo, a Vara Única de Serra.

No total, foram destinadas à Justiça Federal da 2ª Região 15 Varas Federais e 10 Juizados Especiais Federais, instituídos pela Lei nº 12.011, de 4/8/2009.

Para o exercício de 2011, foi projetada a inauguração de quatro Varas Federais e 1 Juizado Especial Federal, abrangendo cidades do Estado do Rio de Janeiro.

Por meio do Ato nº 379, de 7/10/2010, o Senhor Presidente homologou o resultado final do XII Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto de Primeira Instância na 2ª Região, com 12 aprovados, empossados no último quartel de 2010.

No exercício de 2010, foram treinados os magistrados e servidores da Justiça Federal da 2ª Região, ultrapassando a meta da Lei Orçamentária Anual. Esse bom nível no resultado revela que a atualização e o aperfeiçoamento do capital intelectual são itens prioritários na pauta gerencial que busca a excelência na prestação jurisdicional efetiva e célere.

Celebrando os preceitos constitucionais que asseguram o direito à cultura, garantindo a expressão do pensamento e a democratização do acesso as mais diversas dicções culturais, o Centro Cultural Justiça Federal – CCJF vem se firmando na cena carioca como um importante espaço. Canal de fruição cultural, o CCJF marca presença, com respeito à pluralidade das manifestações da cultura brasileira.

No exercício de 2010, foram desenvolvidas 19 atividades voltadas ao campo educativo, atingindo um público de 2.930, em um universo global de 102.862 pessoas.

Foi realizada a *II Semana do Meio Ambiente no TRF – 2ª Região*, cujo programa contemplou palestra com temática relativa à proteção do meio ambiente, oficinas de artesanatos com reaproveitamento de materiais, exposições de obras produzidas com material reciclado e exibição de vídeos temáticos, com a participação de aproximadamente 160 pessoas.

Os números relativos à Assistência Jurídica Gratuita a Pessoas Carentes foram superiores aos planejados. No exercício de 2010, houve 26.410 atendimentos na Justiça Federal da 2ª Região.

Com o objetivo de implementar o Projeto Justiça 100% Digital, o TRF da 2ª Região, na condição de um dos Representantes da União Federal, participou da celebração dos contratos com as Instituições Bancárias, Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal, ambos assinados em 2009.

Os contratos têm por objetivo utilizar tecnologia de documentos eletrônicos em favor do processamento de causas da Justiça Federal da 2ª. Região, substituindo os processos em papel por documentos similares em meio digital.

O processo eletrônico foi implantado, no decorrer do exercício, na integralidade das Unidades Judiciais da Justiça Federal de 1º Grau, com exceção dos Juízos Criminais, e também no TRF 2ª Região, quando, no dia 16 de dezembro de 2010, foi proferida a primeira decisão em autos digitais do TRF da 2ª Região.

No universo do Direito Processual Civil, houve mudança introduzida pela alteração do Art. 544 do CPC, com redação da Lei nº 12.322/2010, no sentido de transformar o agravo de instrumento interposto contra decisão denegatória de recurso especial ou extraordinário inadmitidos em agravo nos autos.

A importância desse evento decorre da situação de que o agravo de decisão denegatória passa a ser processado por petição juntada aos autos e deixa de ser uma nova distribuição, ou seja, uma nova entrada.

Este Regional vem trabalhando no que se refere à remessa virtual de autos com recursos especiais admitidos, ainda que parte desse montante continue de forma convencional (autos físicos).

O procedimento de digitalização é bastante trabalhoso e detalhado. Além disso, o quantitativo de autos a ser digitalizado é maior do que suportaria a estrutura para atendê-lo.

Oportuno destacar que os autos de natureza criminal, em tramitação sob o regime do segredo de justiça e aqueles muito volumosos continuam necessariamente sendo encaminhados de forma convencional (autos físicos).

Foram 3.604 autos remetidos fisicamente ao STJ contra 3.504 autos remetidos eletronicamente com baixa dos autos físicos. Apesar disso, o encaminhamento de praticamente 50% do movimento de remessa de autos ao STJ por via eletrônica é bastante significativo.

A Corregedoria-Regional deste Tribunal editou uma série de atos voltados à orientação e normatização das condutas funcionais e dos serviços judiciários. Integram essa pauta: instrução para a utilização dos diversos cadastros, sistemas e formulários do Conselho da Justiça Federal e do Conselho Nacional de Justiça, bem como do recentemente implantado Módulo de Residência do *Sistema Juiweb*. Disciplinou vários procedimentos cartorários, com impacto positivo principalmente na tramitação de processos judiciais eletrônicos e na estatística dos processos judiciais. Gerenciou o planejamento de ações estratégicas destinadas ao cumprimento, no âmbito da Primeira Instância da Justiça Federal da 2ª Região, das Metas Nacionais de Nivelamento para os anos de 2009 e 2010 (com destaque para a mais conhecida simplesmente como Meta 2).

A coordenação do planejamento de ações estratégicas destinadas ao cumprimento de algumas daquelas Metas na Primeira Instância da Justiça Federal da 2ª Região foi instalada na Corregedoria-Regional da 2ª Região e, além disso, contou-se com o Núcleo de Estatística para o desenvolvimento do Portal de Meta 2 no *Portal de Estatísticas da Justiça Federal da 2ª Região*.

Na esteira do Provimento nº 6/2010 da Corregedoria Nacional de Justiça, foi divulgado o Plano Emergencial de redução de processos conclusos para sentença no âmbito dos JEFs. Para garantir o desempenho eficaz, foram editados basicamente 10 atos de designação de 14 Magistrados para cada um deles sentenciar uma média de 100 processos tramitando em 10 JEFs, com o estabelecimento de prazos médios de 60 dias.

No tocante ao sistema eletrônico da Ouvidoria, houve 1.191 atendimentos em 2010, sendo que, destes, foram solucionados 973, restando 218 para acompanhamento.

Quanto à fiscalização dos serviços judiciários, anota-se que foram realizados diversos reajustamentos nos calendários de correições ordinárias e, assim, foram correicionadas 63 unidades judiciárias em 2010, restando por serem correicionadas apenas 5 em toda a Primeira Instância da Justiça Federal da 2ª Região. No desenvolvimento dessas atividades, foram enfocadas principalmente as práticas cartorárias com maior impacto de resultado na prestação jurisdicional, mediante o ajuste de procedimentos, o estabelecimento de prazos, a edição de recomendações e o acompanhamento de seu cumprimento.

Com relação à meta 8 do grupo das estabelecidas pelo CNJ para o exercício de 2010, que versava sobre promoção de cursos de capacitação em administração judiciária com no mínimo 40 horas, para 50% dos magistrados, considerada a Justiça Federal da 2ª Região, registramos que a meta foi superada com índice de 65%.

Para atender o Projeto Justiça 100% Digital, foram realizadas as contratações com ônus para as Instituições bancárias, no valor total de R\$ 9.021.284,98, tendo, no entanto, as Unidades da Justiça Federal da 2ª Região como beneficiárias.

No campo da arrecadação de recursos ao Tesouro Nacional (custas judiciais, depósitos/conversões em renda e dívida ativa), promovida pela Justiça Federal da 2ª Região, acusamos o resultado de R\$ 1.473.133.582,54 que correspondem a aproximadamente 1,6 vezes do valor despendido com a operação e manutenção da Justiça Federal da 2ª Região.

As práticas de esclarecimento ambiental adotadas pela Administração, somadas aos projetos Justiça 100% Digital, Sistema Integrado de Gestão Administrativa (SIGA) e Agenda Ambiental na Administração Pública, contribuíram também para a superação da meta nº 6/2010, estabelecida pelo CNJ, para redução de consumo de papel, água, energia, telefonia e combustível. A meta prevista de economia era de 2% contra 14% obtidos na Justiça Federal da 2ª Região.

Os bons resultados da Gestão, em seu conjunto, demonstram o engajamento da Justiça Federal da 2ª Região pela simplificação de procedimentos na 2ª Instância, nas Varas Federais e nos Juizados Especiais Federais, revelando a adesão, entre outras, às medidas efetivas como a iniciativa dos mutirões de conciliação e da prioridade dos julgamentos dos processos mais antigos.

Dessa forma, há um fortalecimento da atuação do Judiciário com importante papel no cenário da democracia brasileira.

2 – OBJETIVOS E METAS:

A Lei nº 12.214, de 26/01/2010, aprovou o Orçamento Geral da União - OGU para 2010, estimando a receita e fixando a despesa do exercício. A Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região foi contemplada, para a execução no referido exercício, com uma dotação inicial de R\$ 1.037.949.913,00 (um bilhão, trinta e sete milhões, novecentos e quarenta e nove mil, novecentos e treze reais), havendo posteriormente um acréscimo de R\$ 67.999.215,00 (sessenta e sete milhões, novecentos e noventa e nove mil, duzentos e quinze reais). Houve, ainda, uma redução de R\$ 9.100.881,27 (nove milhões, cem mil, oitocentos e oitenta e um reais e vinte e sete centavos), resultando numa dotação autorizada de R\$ 1.096.848.246,73 (um bilhão, noventa e seis milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, duzentos e quarenta e seis reais e setenta e três centavos).

Ao longo do exercício de 2010, a Justiça Federal da 2ª Região recebeu destaques no montante de R\$ 1.566.498.808,00 (um bilhão, quinhentos e sessenta e seis milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, oitocentos e oito reais) para atender às Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado e R\$ 171.500,00 proveniente do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD – para atender o Termo de Cooperação 08/2010, firmado com a Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Por outro lado, foi concedido pela Seção Judiciária do Espírito Santo destaque ao Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, no valor de R\$ 5.425,00 (cinco mil, quatrocentos e vinte e cinco reais) para pagamento de inscrição no curso “Como Depreciar e Reavaliar o Patrimônio Público”.

No exercício de 2010, restaram indisponíveis, para execução, recursos contingenciados no montante de R\$ 2.463.440,00 sendo R\$ 1.228.168,00 relativos ao TRF e R\$ 1.235.272,00 referentes às Seções Judiciárias, conforme a tabela a seguir:

R\$				
Dotação Orçamentária	Valor TRF	Valor Seções	Entidades	TOTAL
Dotação Inicial	271.584.953,00	766.364.960,00	0,00	1.037.949.913,00
Acréscimos	11.408.946,00	56.590.269,00	0,00	69.999.215,00
Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00
Redução Orçamentária	1.752.000,00	7.348.881,27	0,00	9.100.881,27
Dotação Autorizada	281.241.899,00	815.606.347,73	0,00	1.096.848.246,73
Destaques Recebidos	0,00	171.500,00	1.566.498.808,00	1.566.670.308,00
Destaques Concedidos	0,00	5.425,00		5.425,00
TOTAL	281.241.899,00	815.772.422,73	1.566.498.808,00	2.633.513.129,73
Dotação Indisponível	1.228.168,00	1.235.272,00		2.463.440,00
TOTAL GERAL	280.013.731,00	814.537.150,73	1.566.498.808,00	2.661.049.689,73

Fonte: SIAFI/Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças – TRF-2ª Região

Os créditos orçamentários disponibilizados para Justiça Federal de 1º e 2º Grau da 2ª Região foram, no exercício de 2010, distribuídos em 03 (três) Programas: 0569 - Prestação Jurisdicional na Justiça Federal; 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União e 0901 - Cumprimento de Sentenças Judiciais.

R\$

PROGRAMA		Dotação Autorizada	Destaques Recebidos/Concedidos	TOTAL
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	138.138.988,00		138.138.988,00
0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	956.245.818,73	(5.425,00)	956.240.393,73
0901	Cumprimento das Sentenças Judiciais		1.566.498.808,00	1.566.498.808,00
0665	Gestão da Política Nacional Sobre Drogas		171.500,00	171.500,00
TOTAL		1.094.384.806,73	1.566.664.883,	2.661.049.689,73

Fonte: SIAFI/Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças – TRF-2ª Região

Dos programas destinados à Justiça Federal da 2ª Região, destaca-se o Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal, que é composto de 14 ações, sendo 08 Atividades, 01 Operação Especial e 05 Projetos (1136 – Modernização de Instalações da Justiça Federal; 1834 – Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Vitória – ES; 1890 – Reforma de Edifício-Sede da Seção Judiciária no Rio de Janeiro – RJ; 3755 – Implantação de Varas Federais; 3757 – Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional). De acordo com o previsto na Lei 11.653, de 07 de abril de 2008 (Plano Plurianual para o período de 2008/2011) o aludido Programa tem como objetivo garantir pleno exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, observando o disposto nos artigos 108 e 109 da Constituição Federal e legislação complementar.

O Programa 0901 – Cumprimento de Sentenças Judiciais, considerando os Destaques Recebidos de Autarquias e Fundações Públicas destina-se ao pagamento de débitos judiciais devidos pela União.

2.1 - ANÁLISE DO MAPA/PLANO ESTRATÉGICO DA UNIDADE

Com a aprovação do Planejamento Estratégico Regional para o quinquênio 2010-2014, a Justiça Federal da 2ª Região iniciou, em 2010, a implantação efetiva de um novo modelo de gestão.

Para a consecução dos objetivos estratégicos traçados para Justiça Federal da 2ª Região, foram definidos projetos a serem desenvolvidos e implantados ao longo do período do plano, de acordo com a alocação de recursos orçamentários necessários à execução das diversas ações voltadas à melhoria dos processos administrativos e da prestação jurisdicional.

A implementação do plano estratégico teve início com as reuniões dos comitês institucional (composto pelos gestores das unidades do TRF) e regional (composto por representantes da área de gestão estratégica do Tribunal e Seções Judiciárias vinculadas), visando a priorização e categorização dos projetos, bem como a uniformização dos critérios de levantamento dos indicadores de desempenho.

A Justiça Federal da 2ª Região vem atuando em conjunto com o Conselho da Justiça Federal e o Conselho Nacional de Justiça no desdobramento da estratégia do Poder Judiciário. Participa tanto do comitê técnico nacional, instituído pelo CJF com membros da área de gestão estratégica de todos os cinco TRFs e do CJF, como do grupo de gestores das metas nacionais emanadas pelo CNJ.

No alinhamento com a estratégia do Poder Judiciário, vale destacar a vinculação das metas prioritárias de 2010, as quais foram divulgadas em fevereiro pelo CNJ após a aprovação do planejamento estratégico regional.

Assim, para o atendimento destas metas nacionais, diversas ações foram priorizadas ao longo do ano, não previstas no planejamento original. Dentre elas podemos destacar:

- Gerenciamento de rotinas nas Subsecretarias de Turmas no tocante à publicação de acórdãos (meta 04);
- Gerenciamento de rotinas nas Varas Federais da Capital e Interior (meta 05);
- Iniciativas administrativas e operacionais voltadas para ecoeficiência com impacto nas despesas com energia, água, papel, combustível e telefonia (meta 06);
- Capacitação dos magistrados de 1º e 2º graus em administração judiciária (meta 08);
- Ampliação das velocidades dos *links* de comunicação do TRF e Seções Judiciárias (meta 09);
- Intensificação das comunicações eletrônicas, através da expansão do uso do SIGA-DIGITAL e testes para utilização do Sistema de Malote DIGITAL (meta 10);

No tocante à estratégia nacional da Justiça Federal, promovida pelo CJF, é importante ressaltar a integração dos órgãos na execução e acompanhamento dos projetos de âmbito nacional, tais como:

- SIGJUS (Sistemas Integrados de Gestão da Justiça Federal);
- SGP (Sistema Nacional de Gestão de Pessoas);
- INFOVIA (links de comunicação);
- DATACENTER (Base de Dados Central);
- Implantação do PETI (Planejamento Estratégico de TI);
- Implantação do Sistema de Malote Digital;
- Pesquisas de Satisfação dos Usuários e do Clima Organizacional;
- Política de Comunicação Social;
- Metodologia de Gerenciamento de Projetos e de Governança de Processos;
- Meta 5 – Gerenciamento de Rotinas das Varas Federais.

O desempenho estratégico da Justiça Federal da 2ª Região é monitorado através da mensuração trimestral de 28 indicadores estratégicos, ocasião em que é analisado o alcance das metas estabelecidas no plano estratégico, tanto para o Tribunal como para as seccionais vinculadas.

Os indicadores desenvolvidos servirão para corrigir e direcionar os rumos da estratégia para que todos os resultados possam ser alcançados. Sinalizam, também, se os projetos vinculados e as iniciativas são suficientes para o alcance das metas.

Os indicadores estratégicos da 2ª Região, com seus respectivos resultados e metas fixadas para o exercício, serão analisados mais detalhadamente no item 3.2 deste Relatório.

2.2 - PLANO DE AÇÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2010

A implementação do Planejamento Estratégico na 2ª. Região se deu através da formação de uma carteira de projetos (*portfólio*) composto por iniciativas de diversas unidades, categorizadas de acordo com critérios de enquadramento enquanto ferramentas para melhoria dos processos de trabalho.

Além disso, iniciou-se também a implantação do Escritório de Projetos Regional, sob orientação metodológica do Conselho de Justiça Federal, enquanto unidade organizacional capaz de operar a partir de um conjunto de documentos destinados a registrar as diversas etapas de planejamento, execução, controle e encerramento de um projeto. A fim de qualificar aqueles que poderiam trabalhar com este novo modelo de gerenciamento de projetos, a área de Recursos Humanos efetuou um esforço de capacitação, que se traduziu no oferecimento de cursos específicos,

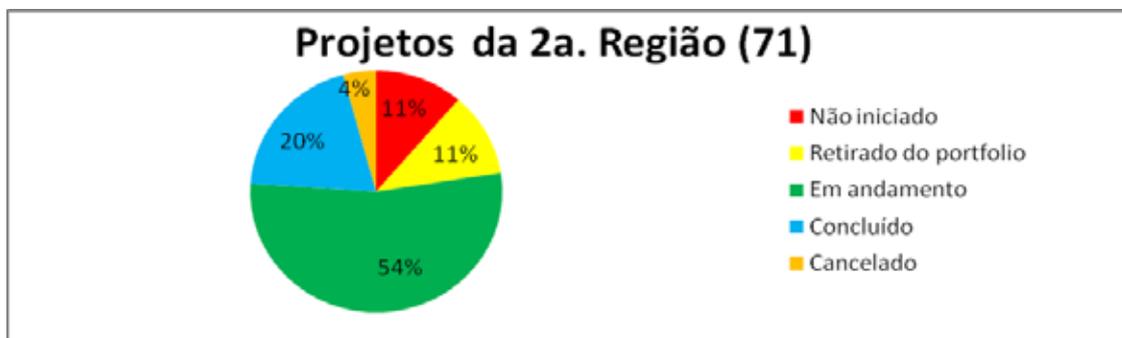
totalizando 127 pessoas treinadas em tópicos relacionados a gerenciamento de projetos e planejamento estratégico em 2010.

Além da adoção de uma perspectiva metodológica de abordagem dos projetos, procedeu-se a uma reavaliação do *portfólio*, de modo a adequá-lo à realidade e capacidade de execução para a 2ª. Região. Para isto, os comitês Regional e Institucional de Planejamento Estratégico, durante a 1ª Reunião de Análise Estratégica (RAE), adotaram alguns critérios de seleção, como, por exemplo, o de retirar da carteira programas já consolidados, por não se enquadrarem diretamente no conceito de Projetos Estratégicos, ou seja, com ciclo de vida determinado pela abrangência do Plano (2010-2014).

Foram retirados, também, os projetos que, na verdade, teriam como área gestora órgãos externos ao TRF, como, por exemplo, a Pesquisa de Clima Organizacional e de Satisfação dos Usuários (iniciativa do CNJ e do CJF), a Ampliação de nº de Varas e JEFs e a Ampliação do nº de Cargos Efetivos, coordenados pelo CJF.

Com isto, do *portfólio* original, composto por 82 projetos, restaram 71 projetos, conforme podemos verificar no gráfico 1, onde estão demonstrados, em termos percentuais, o *status* dos projetos previstos no planejamento estratégico para a 2ª. Região.

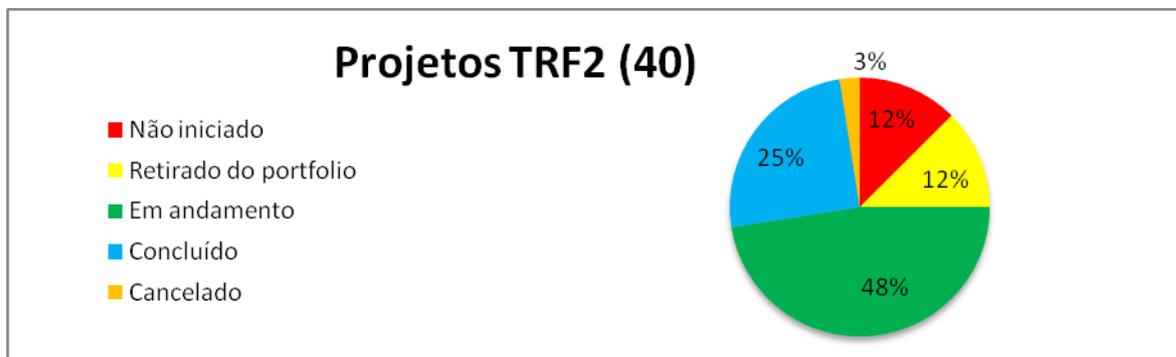
Status dos Projetos da Justiça Federal da 2ª. Região



Fonte: Coordenadoria de Gestão Estratégica/TRF2

Pela análise do gráfico acima, podemos concluir que 74% dos projetos previstos para a 2ª. Região já foram concluídos ou estão em andamento, evidenciando uma aderência positiva ao gerenciamento de projetos enquanto mecanismo de gestão para aperfeiçoamento do funcionamento da área-meio e da área-fim da Justiça Federal.

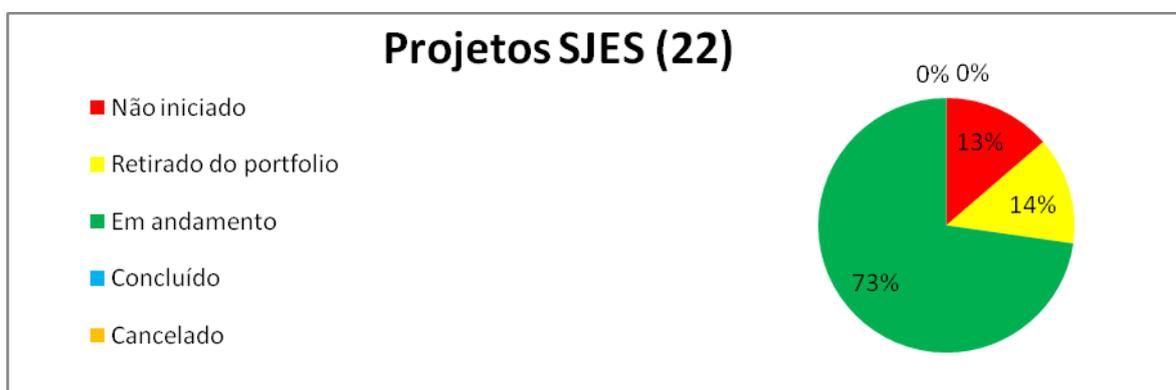
A seguir são apresentados os gráficos 2, 3 e 4 contendo a situação da carteira de projetos do TRF e das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo:

Status dos Projetos do Tribunal Regional Federal – 2ª. Região

Fonte: Coordenadoria de Gestão Estratégica/TRF2

Status dos Projetos da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

Fonte: Coordenadoria de Gestão Estratégica/TRF2

Status dos Projetos da Seção Judiciária do Espírito Santo

Fonte: Coordenadoria de Gestão Estratégica/TRF2

Os quadros a seguir mostram a relação dos projetos do Tribunal que já foram concluídos ou ainda estavam em andamento até o final de 2010.

Projetos concluídos em 2010

Projeto	Objetivo	Período
Cultura e Cidadania	Fortalecer, através de projetos culturais e educativos, a conscientização dos direitos, deveres e valores do cidadão.	Março a Dez/2010
Elaboração do PDTI	Elaborar o Planejamento Estratégico para Tecnologia da Informação – PETI – e o Plano Diretor de TI – PDTI - no âmbito da 2ª Região, de acordo com o previsto nas Resoluções nºs 90 e 99 do CNJ, alinhando a gestão dos recursos financeiros, tecnológicos e humanos utilizados em TI às diretrizes estratégicas institucionais e nacionais.	Março a Abril/2010
Reestruturação das salas de perícia	Permitir a reestruturação do espaço de atendimento de perícias, através da ampliação de capacidade de atendimento do número de perícias no âmbito dos Juizados. Projeto limitado às salas de perícia da SJRJ na Av. Venezuela.	Julho/2009 a Agosto/2010
Programa de Aperfeiçoamento e Especialização para Magistrados (CAE)	Utilizar recursos disponíveis para permitir capacitação de magistrados em cursos relacionados à gestão de administração judiciária, através do CAE – Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados.	Fev/2010 a Out/2010
Programa de Aperfeiçoamento e Especialização de Servidores (PCRH)	Instituir um programa de aperfeiçoamento e especialização (Treinamento e Desenvolvimento) para o corpo funcional, de modo a permitir atualização nas competências requeridas pelos servidores para melhor desempenho de suas atividades dentro da instituição.	Mai a Novembro/2010
Saúde	Propiciar ao corpo funcional condições de trabalho destinadas à manutenção da saúde física e mental, através de atividades de ginástica laboral e educação postural, bem como a preparação de servidores para a aposentadoria.	Setembro a Dez/2010
Valorização Funcional	Estimular o reconhecimento dos servidores por suas ações e desempenho, com a devida valorização pelos anos de trabalho dedicados à Justiça Federal da 2ª Região, de acordo com a Resolução Nº 31, de 10/09/2009.	Outubro/2010
Pesquisa de Satisfação do Usuário	Adaptar e aprimorar a pesquisa de satisfação dos usuários externos do TRF2 para padronização no âmbito da 2ª Região.	Novembro/2010
Grupo de Apoio a Gabinetes – GAG	Auxiliar os magistrados no processamento dos feitos, mediante mutirão, dando prioridade aos Gabinetes com maior acervo de processos, distribuídos até 31/12/2005, com a elaboração de relatórios e minutas de pareceres processuais.	Agosto/2009 a Dez/2010
Mutirão de Conciliação	Fortalecer as ações de mediação e conciliação para resolver conflitos e diminuir o número de processos em tramitação na Justiça Federal da 2ª. Região.	Fev/2010 a Dez/2010

Fonte: Coordenadoria de Gestão Estratégica/TRF2

Projetos em andamento ao final do exercício de 2010

Projeto	Objetivo	Período
Acessibilidade PPD	Oferecer infra-estrutura de instalações, equipamentos, programas, serviços e informações aos portadores de necessidades especiais (usuários e servidores), com ampla variedade de tecnologias assistivas e serviços no âmbito do TRF da 2ª Região.	Março/2010 a Junho/2012
Administração Digital	Utilizar tecnologia de documentos eletrônicos na área administrativa do Tribunal Regional Federal da Segunda Região, substituindo os documentos em papel por documentos similares em meio digital, aproveitando a segurança, velocidade de trâmite, disponibilidade e integração de informações que esta tecnologia traz consigo.	2010/2014
Justiça 100% Digital	Utilizar tecnologia de documentos eletrônicos em favor do processamento de causas da 2ª. Região, substituindo os processos em papel por documentos similares em meio digital, em atendimento às cláusulas inerentes a sistemas e nivelamento de infra-estrutura de TI constantes nas Resoluções nºs 90 e 99 do CNJ.	2010/2014
Portal de Informações Gerenciais	Prover informações estatísticas processuais e administrativas às unidades do TRF da 2ª Região e Seções Judiciárias para apoio à gestão.	2010/2014
Padronização das Tabelas Nacionais	Prover a padronização das informações judiciais do TRF da Segunda Região com demais órgãos da Justiça Federal.	2010/2014
Implantação das Novas Varas	Propiciar condições para a instalação de novas varas e JEFs, de modo a aumentar a capacidade de julgamento e facilitar o acesso à Justiça Federal da 2ª. Região.	2010/2014
Ampliação da área física do TRF	Utilizar os recursos disponíveis para permitir um estudo da ampliação do espaço físico existente para o TRF, seja através da ampliação dos anexos ou da aquisição de prédios externos.	Jan/2010 a Dez/2011
Modernização dos Elevadores	Utilizar recursos disponíveis para atualizar tecnologicamente os elevadores do prédio sede do TRF.	Jan/2010 a Jun/2011
Atualização do Parque Gráfico	Utilizar tecnologia disponível para viabilizar a automação gráfica do processo de geração de chapas off-set, desenvolvimento de sistema para acompanhamentos dos pedidos e serviços de editoração eletrônica.	Fev/2010 a Junho/2012
Biblioteca Digital	Utilizar tecnologia disponível para implementar a biblioteca digital, em adesão ao projeto nacional coordenado pelo STJ.	2010 a 2014
Pesquisa de Clima Organizacional	Elaborar pesquisa padronizada e qualificada para medição do clima organizacional no âmbito da 2ª Região.	Jan/2010 a Dez/2011
Implantação do Sistema Nacional de Gestão de Pessoas – SGP	Possibilitar a adequação dos processos de trabalho da área de Recursos Humanos ao novo Sistema de Gestão de Pessoas – SGP, adquirido pelo CJF para implantação nacional a partir de 2010.	Jan/2010 a Dez/2011
Programação Visual	Propiciar condições para reformulação da sinalização existente e implantação de um projeto de identidade visual para o Tribunal.	Jan/2010 Dez/2012
Nova Intranet	Implementar a reformulação da INTRANET, com a finalidade de torná-la mais acessível e operacional.	Jan/2010 Dez/2012
Reformulação do Portal	Reformular o portal de acesso à Internet, de modo a viabilizar a melhoria da gestão de seu conteúdo.	Jan/2010 a Dez/2012

Projeto	Objetivo	Período
Escritório de Projetos	Implementar formalmente ou adequar a estrutura organizacional, através da instituição de um Escritório de Projetos (PMO – Project Management Office), responsável pelo acompanhamento dos projetos estratégicos, bem como pelo apoio na implantação e disseminação da metodologia de gerenciamento de projetos, a ser definida em âmbito nacional pelo CJF em 2010	Jan/2010 a Junho/2011
Encontro de Juízes Federais dos JEFs	Promover encontro de magistrados e servidores com a finalidade de aprimorar a prestação jurisdicional oferecida pelos Juizados e Turmas Recursais e possibilitar melhoria das condições de trabalho nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais.	Jan/2010 a Jun/2011
Agenda Ambiental	Propiciar condições para a criação de um documento formal, aprovado pela administração, que pautas as ações de caráter socioambiental no âmbito da instituição, a serem executadas durante o período de um ano, envolvendo campanhas educativas, realização de eventos e apresentação de propostas sustentáveis, em conjunto com os setores técnicos envolvidos na respectiva área de atuação.	Jan/2010 a Jun/2011
Racionalização do Consumo de Energia	Implantar uma política de redução do consumo de energia elétrica através de uma maior eficiência operacional.	Jan/2010 a Dez/2011

Fonte: Coordenadoria de Gestão Estratégica/TRF2

Análise das Metas do Poder Judiciário

Conforme determinação da Resolução nº 70/2009, do CNJ, são aprovadas, anualmente, pelos Presidentes de todos os Tribunais do Brasil, as metas nacionais de desempenho para o Judiciário.

Concomitante aos projetos regionais, a Justiça Federal da 2ª Região não mediu esforços para alcançar o cumprimento das Metas do Poder Judiciário, tanto as pendentes do ano de 2009, quanto às relativas ao ano de 2010.

Para coordenar os planos de ação e gerenciamento das metas nacionais, o Tribunal designou dois magistrados gestores, através do Ato Pres. nº 293, de 19/8/2010, assim como os gestores responsáveis por cada uma das áreas afetas às metas. Em reuniões com os gestores, foram apresentadas as principais dificuldades, adotando-se medidas para a superação dos desafios lançados por cada uma das metas.

Desta forma, foram definidos pelas equipes os planos de ação para as Metas Nacionais de Nivelamento de 2009 e as Metas Prioritárias para 2010, conforme se verifica nas tabelas abaixo:

Plano de Ação para as Metas Nacionais 2009

Meta	Plano de Ação/Projeto	Situação
02/2009	Consistiu na identificação de processos judiciais mais antigos e na adoção de medidas concretas para o julgamento de todos os processos distribuídos até 2005, com intensificação da atuação do projeto GAG – Grupo de Apoio ao Gabinete nas turmas com maior volume de processos. Na primeira instância, através do Projeto de Mutirão de Conciliação e com atos da Corregedoria, com expedição de provimentos. Desta forma, foi elevado o desempenho para 90% do cumprimento integral da meta.	Pendente
05/2009	Estruturado um plano de ação para virtualização dos procedimentos penais, através de um sistema de gestão eletrônica da execução penal e mecanismo de acompanhamento eletrônico das prisões provisórias. Foi adiado em função da priorização na implantação do PEJ – Processo Eletrônico Judicial.	Pendente
06/2009	Ampliada a base de gestores capacitados para assumir atividades relacionadas à gerência de projetos, pessoas e processos de trabalho, para suporte ao planejamento estratégico, através de diversos cursos oferecidos pela SRH para os servidores e para os magistrados pela EMARF.	Cumprida Integralmente
08/2009	Cadastrados nos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD todos os magistrados de 1º e 2º graus, pendentes ou que tiveram suas senhas expiradas em 2009 nos respectivos sistemas.	Cumprida Integralmente

Plano de Ação para as Metas Prioritárias de 2010

Meta	Plano de Ação/Projeto	Situação
02/2010	Consistiu na identificação de processos judiciais mais antigos e na adoção de medidas concretas para o julgamento de todos os processos distribuídos até 2006, com intensa atuação do projeto GAG – Grupo de Apoio ao Gabinete nas turmas com maior volume de processos e, na primeira instância, através do Projeto de Mutirão de Conciliação e com atos da Corregedoria, com expedição de provimentos.	Pendente
04/2010	Estruturado um plano de ação através de um workshop com a participação dos representantes dos órgãos processantes e gabinetes dos desembargadores para adoção do melhor fluxograma das atividades e boas práticas para o cumprimento do prazo previsto na meta de publicação dos acórdãos em até 10 dias da sessão de julgamento. Foi atingido o índice de cumprimento de 53% da meta, devendo ser analisado e intensificado o controle para aqueles processos que situam-se fora deste prazo, sendo certo que determinados processos de natureza criminal estão fora da meta.	Pendente

Meta	Plano de Ação/Projeto	Situação
05/2010	Executado um projeto nacional denominado Meta 5- Gerenciamento de Rotinas das Varas Federais – Gerenciamento , em conjunto com o CJF e os demais Regionais através da realização de workshops nas Seções Judiciárias, com a participação de 61 Varas Federais selecionadas (50% exigidas pela meta nacional), para análise e proposição de melhorias no fluxo de trabalho referente ao procedimento comum ordinário, da petição inicial até o trânsito em julgado ou remessa ao tribunal, com utilização da ferramenta de mapeamento de processos - BIZAGI; Capacitação dos componentes dos escritórios de processos regionais e seccionais, para possibilitar o apoio aos Diretores de Secretaria e Juízes na metodologia proposta; Capacitação nacional em gestão por processos realizada on line (formato de EAD), para os Diretores de Secretaria e Juízes.	Cumprida Integralmente
06/2010	Adoção de diversas práticas voltadas para a eficiência resultaram em redução de consumo em todos os itens analisados pela meta, tais como, energia, água, papel, telefonia e combustível, com uma média de economia per capita de 14%, contra os 2% previsto na meta.	Cumprida Integralmente
08/2010	Ações de capacitação dos magistrados através do programa de Capacitação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Escola de Magistratura Federal e convênios com ENFAM e CNJ em cursos à distância possibilitaram o cumprimento integral da meta com um total de 65% dos magistrados capacitados em administração judiciária, contra o total de 50% previsto na meta.	Cumprida Integralmente
09/2010	Contratados novos links de comunicação com maior velocidade para as capitais e interior, atendendo a todas unidades judiciárias da 2ª Região. Adesão ao projeto nacional do CJF denominado INFOVIA.	Cumprida Integralmente
10/2010	Intensificada a utilização do SIGA- Sistema Integrado de Gestão Administrativa/DIGITAL, em âmbito regional, e iniciada a implantação do sistema de MALOTE DIGITAL do CNJ que propiciará a comunicação eletrônica com os demais órgãos do Judiciário. Atingido o grau de 35% da meta, com previsão de cumprimento integral para 2011.	Pendente

O desempenho obtido pela 2ª Região em todas as metas pode ser observado nas tabelas 1 e 2, onde consta o grau de cumprimento das metas de nivelamento de 2009 e aquelas estabelecidas para 2010:

Tabela 1 - Metas de Nivelamento de 2009 – Grau de Cumprimento

Meta	Descrição	Situação
01	Desenvolver e/ou alinhar planejamento estratégico plurianual (mínimo de 05 anos) aos objetivos estratégicos do Poder Judiciário, com aprovação no Tribunal Pleno ou Órgão Especial.	Cumprida
02	Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31/12/2005 (em 1º, 2º grau ou tribunais superiores).	Pendente (89,5% já realizados)
03	Informatizar todas as unidades judiciárias e interligá-los ao respectivo tribunal e à rede mundial de computadores (internet).	Cumprida
04	Informatizar e automatizar a distribuição de todos os processos e recursos.	Cumprida
05	Implantar sistema de gestão eletrônica da execução penal e mecanismo de acompanhamento eletrônico das prisões provisórias.	Pendente (*)
06	Capacitar o administrador de cada unidade judiciária em gestão de pessoas e de processos de trabalho, para imediata implantação de métodos de gerenciamento de rotinas.	Cumprida
07	Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitado o segredo de Justiça.	Cumprida
08	Cadastrar todos os magistrados como usuários dos sistemas eletrônicos de acesso a informações sobre pessoas e bens de comunicação de ordens judiciais (Bacenjud, Infojud, Renajud).	Cumprida
09	Implantar núcleo de controle interno.	Cumprida
10	Implantar o processo eletrônico em parcela de suas unidades judiciárias.	Cumprida

(*) Meta não foi atingida por conta da necessidade de priorização e direcionamento dos esforços da equipe de desenvolvimento de TI na expansão do projeto eletrônico judicial – PEJ

Tabela 2 - Metas Prioritárias de 2010 – Grau de Cumprimento

Meta	Descrição	Situação
01	Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2010 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.	Cumprida (103,02%)
02	Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31 de dezembro de 2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31 de dezembro de 2007.	Pendente (67,48% já realizados)
03	Reduzir a pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, a 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31 de dezembro de 2009).	Pendente (-3,03%) (-5,2% Fiscal) (8,1% Não Fiscal)
04	Lavrar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento.	Pendente (52,5% já realizados)
05	Implantar método de gerenciamento de rotinas (gestão de processos de trabalho) em pelo menos 50% das unidades judiciárias de 1º grau.	Cumprida
06	Reduzir a pelo menos 2% o consumo per capita com energia, telefone, papel, água e combustível (ano de referência: 2009).	Cumprida (14,06% de economia)
07	Disponibilizar mensalmente a produtividade dos magistrados no portal do tribunal.	Cumprida
08	Promover cursos de capacitação em administração judiciária, com no mínimo 40 horas, para 50% dos magistrados.	Cumprida (65% dos magistrados)
09	Ampliar para 2 Mbps a velocidade dos links entre o Tribunal e 100% das unidades judiciárias instaladas na capital e, no mínimo, 20% das unidades do interior.	Cumprida
10	Realizar, por meio eletrônico, 90% das comunicações oficiais entre os órgãos do Poder Judiciário.	Pendente * (34,7%)

(*) Meta não foi atingida, pois ainda não foi realizada a implantação definitiva do SIGA- DIGITAL e do MALOTE DIGITAL.

Para o ano de 2011, o CNJ propôs uma nova orientação com a determinação dos focos de atuação, diminuição do número de metas e o estabelecimento de uma meta específica para cada segmento de Justiça.

As novas metas nacionais que deverão ser perseguidas pelo Poder Judiciário em 2011 foram definidas durante o 4º Encontro Nacional do Judiciário, no Rio de Janeiro, em dezembro de 2010.

Metas Nacionais do Judiciário para 2011

Meta	Descrição
01	Criar unidade de gerenciamento de projetos para auxiliar a implantação da gestão estratégica.
02	Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal.
03	Julgar quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.
04	Implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos.
05 (*)	Implantar processo eletrônico judicial e administrativo em 70% das unidades de primeiro e segundo grau até dezembro de 2011.

(*) Meta específica para a Justiça Federal

Com relação às metas de 2009 e 2010, ainda não cumpridas integralmente, o CNJ estabeleceu que as mesmas não serão excluídas e nem modificadas e que seu cumprimento continuará sendo informado ao CNJ, através do monitoramento e gerenciamento pelos órgãos.

O objetivo é dar continuidade à execução da estratégica, a fim de oferecer à sociedade serviços judiciais mais céleres e eficientes.

Entre os principais benefícios e resultados alcançados na execução do primeiro ano do planejamento estratégico 2010-2014, podemos destacar a uniformidade dos conceitos estratégicos adotados no planejamento, maior visibilidade dos projetos e iniciativas estratégicas, informações atualizadas da execução dos objetivos estratégicos e, principalmente, gestão compartilhada e transparente.

Vale lembrar também, que o aprendizado institucional e o autoconhecimento afiguram-se tão importantes quanto os resultados auferidos.

3 - INDICADORES DE PARÂMETROS UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DE OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E PROGRAMÁTICAS

Através da metodologia do *Balanced Scorecard* – BSC1 são apresentadas as diferentes perspectivas onde deverá haver medição e monitoramento para garantir se os objetivos estratégicos que se pretende alcançar por meio da execução da estratégia estão sendo atingidos.

O desempenho estratégico da Justiça Federal da 2ª Região é monitorado através da mensuração trimestral de 28 indicadores estratégicos, tanto para o Tribunal como para as seccionais do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

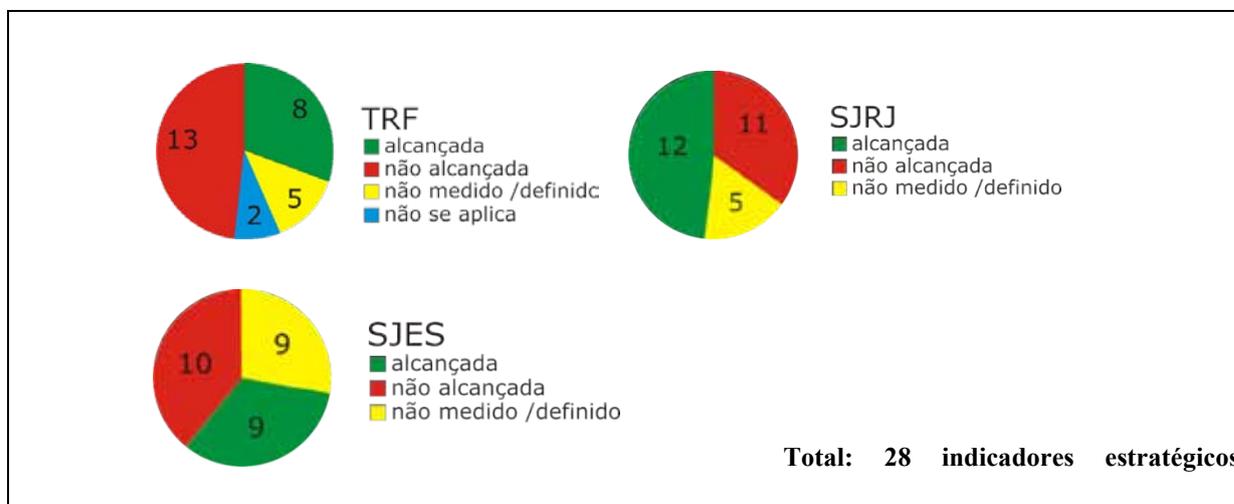
Para cada um dos indicadores foi proposta uma meta anual a ser atingida, com a descrição de como sua valoração seria aferida, de modo a bem demonstrar os resultados da gestão, indicando-se, inclusive, quem seria o responsável pelo acompanhamento daquela medição, o que permitiu, didaticamente, o envolvimento das diversas áreas na execução do planejamento, otimizando o controle das ações estratégicas estabelecidas para o período em análise.

A fim de que os gestores das metas pudessem alimentar os dados estatísticos relacionados às mesmas num espaço corporativo, foi disponibilizado o acesso ao ambiente colaborativo *Sharepoint*, produto da *Microsoft* que permite o compartilhamento de documentos, bem como controle de versões dos mesmos em páginas do tipo web, tal como na Intranet do TRF.

Indicadores Estratégicos

A seguir apresentamos os gráficos de desempenho das metas do planejamento estratégico e uma tabela resumo, contendo os 28 indicadores estratégicos com os respectivos resultados alcançados em 2009 e 2010, comparados com a meta definida para 2010:

Alcance das Metas Estratégicas (em unidades)



Fonte: Coordenadoria de Gestão Estratégica/TRF2

Comparativo Indicadores Estratégicos : Meta x Realizado 2009/2010

INDICADOR	ORGÃO											
	TRF2				SJRJ				SJES			
	REALIZADO		META		REALIZADO		META		REALIZADO		META	
	2009	2010	2010	2010	2009	2010	2010	2010	2009	2010	2010	2010
1	Satisfação da sociedade	85,8%	82,7%	89,0%	N/D	N/D	N/M	89,0%	N/D	N/D	N/M	89,0%
2	Idade do Acervo (TRF e 1º Grau)	22,0%	16,0%	17,0%	46,0%	55,5%	47,0%	41,0%	47,0%	47,0%	47,0%	42,0%
	Idade do Acervo (JEF)	-	-	-	5,0%	2,3%	2,7%	2,0%	4,0%	2,7%	2,7%	1,0%
3	Congestionamento (Fase Conhecimento - TRF e 1º Grau)	46,0%	50,0%	43,0%	49,0%	46,0%	46,0%	46,0%	35,0%	30,3%	30,3%	32,0%
	Congestionamento (Fase Conhecimento - JEF)	-	-	-	34%	53,00%	31%	31%	60%	31,51%	31,51%	57%
4	Tramitação do processo (administrativo)	55,0%	41,3%	60,0%	N/D	59,9%	50,0%	50,0%	27,0%	13,7%	13,7%	32,0%
5	Despesa por processo	R\$ 3.806,43	R\$ 4.575,21	R\$ 3.610,00	R\$ 1.850,86	R\$ 2.140,43	R\$ 1.940,00	R\$ 2.671,53	R\$ 3.474,38	R\$ 2.850,00	R\$ 2.850,00	
6	Virtualização de processos (TRF e 1º Grau)	0,0%	0,0%	50,0%	N/D	68,8%	100,0%	100,0%	N/D	69,0%	69,0%	100,0%
7	Virtualização de processos (JEF)	0,0%	0,0%	0,0%	N/D	96,4%	100,0%	100,0%	N/D	84,0%	84,0%	100,0%
8	Processos de trabalho	0,5%	3,5%	70,0%	N/D	16,8%	70,0%	70,0%	N/D	6,4%	6,4%	70,0%
9	Magistrados por habitante	0,13	0,13	0,14	1,34	1,35	1,14	1,14	1,19	1,19	1,19	1,00
10	Interiorização da Justiça	NA	NA	NA	19,6%	21,7%	2170,0%	2170,0%	6,6%	7,9%	7,9%	6,4%
11	Congestionamento (Fase de Execução 1º Grau)	NA	NA	NA	90,0%	86,2%	87,0%	87,0%	88,0%	88,5%	88,5%	85,0%
12	Congestionamento (Fase de Execução - JEF)	NA	NA	NA	61,0%	42,7%	58,0%	58,0%	68,0%	44,5%	44,5%	65,0%
13	Iniciativas Sociais	N/D	361	N/D	N/D	9	8	8	N/D	8	8	N/D
14	Pessoas Beneficiadas pelas iniciativas	N/D	114119	N/D	N/D	1086	420	420	N/D	N/D	N/D	N/D
15	Consumo de papel (resmas per capita)	13,6	6,4	7,5	11	7,75	10	10	13,15	7,2	7,2	11,2
16	Consumo de água (m3 per capita)	22,3m3	23,6 m3	22m3	20,3m3	17,8m3	20,3m3	20,3m3	17m3	14,8m3	14,8m3	16,5m3
17	Consumo de energia elétrica (Kwh per capita)	4577	4928	4639	2035	3673	2035	2035	1902	2087	2087	1850
18	Responsabilidade ambiental	36	52	39	7	18	10	10	N/D	6	6	N/D
19	Projetos estratégicos executados no prazo	N/D	77,0%	80,0%	N/D	100,0%	80,0%	80,0%	N/D	72,0%	72,0%	80,0%
20	Convênios de cooperação técnica	70,0%	100,0%	70,0%	N/D	66,0%	87,0%	87,0%	N/D	100,0%	100,0%	60,0%
21	Mídia positiva	74,0%	88,3%	77,0%	N/D	N/M	75,0%	75,0%	N/D	91,5%	91,5%	N/D
22	Satisfação dos servidores com a comunicação interna	N/D	N/M	N/D	N/D	N/M	65%	65%	N/D	N/D	N/D	N/D
23	Capacitação	25,0%	22,0%	25,0%	N/D	36,5%	25,0%	25,0%	N/D	29,0%	29,0%	25,0%
24	Clima organizacional	N/D	N/M	N/D	N/D	N/M	65%	65%	N/D	N/M	N/M	N/D
25	Absenteísmo	6,0%	3,3%	6,0%	N/D	5,8%	6,0%	6,0%	N/D	4,3%	4,3%	6,0%
26	Padrões mínimos de TI	N/D	70,0%	20,0%	N/D	75,0%	82,0%	82,0%	N/D	N/M	N/M	20,0%
27	Satisfação com as instalações	N/D	N/D									
28	Disponibilidade de serviços de TI	N/D	98,6%	97,5%	N/D	93,7%	97,5%	97,5%	20,0%	96,4%	96,4%	97,5%
29	Orçamento estratégico	13,8%	3,1%	14,5%	11,9%	1,7%	13,0%	13,0%	18,5%	1,7%	1,7%	14,0%
30	Execução do orçamento estratégico	N/M	60,2%	80,0%	N/D	95,0%	80,0%	80,0%	N/D	95,0%	95,0%	80,0%

Legenda:	NA = Não se aplica	NM = Não definido
	NM = Não medido	GC=Crua de cumprimento

A partir do estudo do alcance global das Metas Estratégicas, consolidadas na tabela anterior, demonstramos, abaixo, o desempenho geral da estratégia ao longo do exercício:

INDICADORES	QUANTIDADE	DESEMPENHO MÉDIO (%)
Metas Alcançadas	10	35,7%
Metas Não Alcançadas	11	39,3%
Não Medidas/Não Definidas	7	25%
TOTAL	28	100%

Fonte: Coordenadoria de Gestão Estratégica/TRF2

Como resultado preliminar de tal análise, apuramos o alcance, em média, de 10 (dez) metas, o que nos revela um desempenho que concluiu em torno de 36 % (trinta e seis por cento) de um total de 28 (vinte e oito) indicadores.

O percentual médio de 39 % (trinta e nove por cento) das metas não alcançadas revela-se um importante alerta para a busca de melhoria, devendo-se identificar, caso a caso, as causas do baixo desempenho.

Quanto às metas não medidas, importante destacar que algumas estão vinculadas aos projetos nacionais, tanto do CNJ como do CJF, a exemplo dos projetos de Pesquisa do Clima Organizacional e de Satisfação dos Usuários, que comprometem diretamente a mensuração de quatro indicadores: Grau de Satisfação da Sociedade com a Justiça Federal da 2ª Região; Satisfação dos Servidores com a Comunicação Interna; Clima Organizacional e Índice de Satisfação com as Instalações Físicas.

Os indicadores que não foram avaliados, em função do não estabelecimento de metas no planejamento estratégico pela inexistência de uma linha de base, serão reavaliados por ocasião da mensuração realizada em 2010. Para o período complementar de 2011 a 2014, esta análise deverá ser mais criteriosa, com a estimativa das metas não definidas.

Por fim, ressalta-se que os esforços devem se concentrar para melhorar o desempenho, buscando atingir níveis satisfatórios nas metas não alcançadas para aumentar ou manter o desempenho das que estão em índices satisfatórios.

A tabela a seguir demonstra a vinculação dos principais indicadores estratégicos aos temas e diretrizes do mapa, como por exemplo Eficiência Operacional, Acesso ao Sistema de Justiça e Orçamento, com os respectivos graus de cumprimento das metas definidas, por órgão e consolidadas na 2ª. Região.

Grau de Cumprimento das Metas

Fonte: Coordenadoria de Gestão Estratégica/TRF2

A seguir, apresentamos uma análise sucinta da relação entre o grau de cumprimento das metas estratégicas e os projetos/iniciativas vinculados aos indicadores, ressaltando que a metodologia de cálculo dos mesmos encontra-se detalhada no ANEXO II – Matriz dos Indicadores Estratégicos da 2ª Região.

Satisfação da Sociedade

O resultado do indicador é influenciado diretamente pelo bom desempenho dos demais indicadores, já que o mesmo está associado à visão de futuro, objetivo principal do Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 2ª Região. Em função desta abrangência do indicador, podemos destacar que todos os projetos estratégicos contribuem de forma direta ou indireta para o resultado obtido na Pesquisa de satisfação. Mesmo exibindo um resultado inferior à meta estabelecida no plano, o Grau de Cumprimento atingiu em torno de 93 % do esperado, com um índice de satisfação de 83% para uma meta de 89%.

Idade do Acervo

O indicador mede basicamente o quanto a Justiça reduziu o quantitativo de processos em tramitação há mais de 04 anos. O esforço do Tribunal resultou num quantitativo de 15.728 de um acervo aproximado de 97 mil processos em 31/12/2010, superando a meta estabelecida em 1%. Os projetos do Portal de Informações Gerenciais, Justiça 100% Digital, Grupo de Apoio ao Gabinete e Mutirão de Conciliação contribuíram para tal êxito. Para a Justiça Federal da 2ª Região o grau de cumprimento médio foi satisfatório, em torno de 90% (TRF2 e 1º grau) e de 62% para os JEFs.

Congestionamento (fase de conhecimento)

Embora o Tribunal tenha obtido um grau de cumprimento abaixo do esperado (86%), no geral a Justiça Federal da 2ª Região obteve um índice de 97,2% (TRF2 e 1º Grau) e 119,7% (JEFs). Os projetos Portal de Informações Gerenciais, Justiça 100% Digital, Grupo de Apoio a Gabinetes e Mutirão de Conciliação contribuíram para tal êxito.

Número de Magistrados por Habitante e Grau de Interiorização da Justiça

Com o projeto Implantação de Novas Varas, a Justiça Federal da 2ª Região conseguiu alcançar o resultado das metas acima dos esperados (110% para o número de magistrados e 111% para o grau de interiorização).

Consumo de Papel

As práticas de conscientização ambiental adotadas pela administração, somadas aos projetos Administração Digital, Justiça 100% Digital e Agenda Ambiental do TRF da 2ª Região, contribuíram para a superação da meta em 117,19%. Para a Justiça Federal da 2ª Região, o Grau de Cumprimento foi de 133,9%.

Consumo de Água

Embora o Tribunal Regional Federal da 2ª Região tenha obtido um grau de cumprimento para esta meta abaixo do esperado (93,06%), no geral a Justiça Federal da 2ª. Região obteve um índice de 106,13% em termos de realização do previsto. No caso do TRF, objetivando atingir o índice de redução de 2% previsto na META 6 para o Poder Judiciário Nacional, foi apresentada uma proposta de otimização do sistema hidráulico, de instalação de acessórios nas torneiras, visando reduzir a vazão e, conseqüentemente, o consumo de água.

Responsabilidade Ambiental

Os projetos Agenda Ambiental e Racionalização do Consumo de Energia Elétrica, além da iniciativa A3P, permitiram ao TRF da 2ª Região difundir ideias de conscientização coletiva com objetivos que vão desde minimizar os impactos negativos causados ao meio ambiente, por conta das atividades operacionais e administrativas da instituição, até estimular a geração de economia de recursos naturais e institucionais (através do uso racional de bens de consumo, redução dos gastos públicos e adequada gestão de resíduos). O esforço gerado através de campanhas de conscientização para o consumo sustentável, bem como utilização seletiva do lixo, resultou em um Grau de cumprimento de 133,33% para o TRF da 2ª. Região, enquanto que o Grau de Cumprimento para a Justiça Federal da 2ª Região como um todo foi de 156,65%.

Projetos Estratégicos executados no prazo

Contribuiu para que se atingisse esta meta a implantação do Escritório de Projetos no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, seguindo orientação proposta pelo Conselho de Justiça Federal. Pelo modelo proposto, haverá escritórios (regional e institucionais) em número necessário para realizar o acompanhamento dos projetos em curso ou a serem implementados, de acordo com uma metodologia composta por um conjunto básico de documentos, capazes de registrar as diversas etapas de planejamento, execução, controle e encerramento de um projeto. Se no TRF da 2ª. Região o grau de cumprimento foi de 96,25%, para a 2ª Região os índices superaram a meta, chegando a 103,75%.

Convênios de Cooperação Técnica

Os projetos Portal de Informações Gerenciais, Padronização das Tabelas Nacionais, Biblioteca Digital, CAE – Curso de Aperfeiçoamento e Especialização de Magistrados e FOREJEF – Encontro de Juízes Federais dos JEF e TR das Seções Judiciárias do RJ e ES, contribuíram para que a meta estabelecida obtivesse um Grau de Cumprimento de 142,86%. Para a Justiça Federal da 2ª Região o Grau de Cumprimento foi de 128,46%.

Mídia Positiva

Embora não houvesse especificamente um projeto para este indicador em seu Planejamento Estratégico, o Tribunal conseguiu atingir um Grau de Cumprimento de 114,69%. Contribuíram, ainda que de maneira indireta, para este índice os resultados obtidos pelos projetos Acessibilidade - PNE, Administração Digital, Justiça 100% Digital, Programação Visual, Reformulação do Portal e FOREJEF – Encontro de Juízes Federais dos JEF e TR das Seções Judiciárias do RJ e ES.

Capacitação

Para a medição deste indicador foi adotado o critério do CNJ, onde se leva em consideração o quantitativo de pessoas treinadas nas competências estratégicas pelo total de pessoas (magistrados e servidores) na instituição. A execução dos programas de Aperfeiçoamento e Especialização de Servidores – PCRH e CAE – Curso de Aperfeiçoamento e Especialização de Magistrados contribuiu para que o TRF da 2ª. Região obtivesse o grau de cumprimento de 88 %, enquanto que na Justiça Federal da 2ª Região foi de 116%.

Obs.: Foi adotado o índice de 25% para as metas de 2010 das Seções Judiciárias.

Absenteísmo

Os projetos Acessibilidade – PNE, Saúde Pessoal e Valorização Funcional e mais a iniciativa que promove o exame periódico dos servidores contribuíram para que o TRF da 2ª. Região obtivesse um Grau de Cumprimento para a meta de 184,62%. Com relação à Justiça Federal da 2ª Região, o índice obtido foi de 142,08%.

Execução do Orçamento Estratégico

Embora a implantação do Escritório de Projetos, previsto dentro do Planejamento Estratégico da 2ª. Região, tenha contribuído para alguns avanços no monitoramento da execução orçamentária estratégica, no TRF da 2ª. Região o índice ficou abaixo do previsto. Entretanto, na Justiça Federal da 2ª. Região, como um todo, o índice apurado foi de 97%, bem próximo portanto da meta desejada.

4 – PROGRAMAS E AÇÕES EXECUTADOS NO EXERCÍCIO DE 2009**4.1 - PROGRAMA: 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**

Objetivo: Garantir o exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, observando o disposto nos artigos 108 e 109 da Constituição Federal e legislação complementar.

4.1.1 - Demonstrativo da Dotação/Execução do Programa/Atividades/Projetos:

AÇÃO: ATIVIDADE	Dotação Autorizada		Execução ⁽¹⁾	
	Orçamentária	Física	Liquidado	Física
Ação: Assistência Médica e Odontológica dos Servidores, Empregados e Dependentes ⁽¹⁾ Produto: Pessoa beneficiada (unidade) UO 12101: O valor de R\$ 4.143.000,00 foram empenhados pelo TRF 2ª Região (UO 12103) e se refere ao pagamento do Plano de Saúde dos Magistrados e servidores da Justiça Federal de 1ª Grau, cujo contrato firmado pelo TRF-2ª Região, engloba as Seções Judiciárias (RJ e ES). (Dotação autorizada: R\$4.143.000,00). UO 12103: RP não processados	3.646.080,00	3.376	2.858.271,37 343.636,36	2.276 1.146
Ação: Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados Produto: Criança de 0 a 5 anos atendida (unidade) UO 12103: RP não processados	861.000,00	205	773.562,00 1.800,00	185 0
Ação: Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados Produto: Servidor beneficiado (unidade) UO 12103: RP não processados	483.258,00	318	464.144,78 7.007,80	269 0

AÇÃO: ATIVIDADE	Dotação Autorizada		Execução ⁽¹⁾	
	Orçamentária	Física	Liquidado	Física
Ação: Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados Produto: Servidor beneficiado (unidade) UO 12103: RP não processados	8.139.440,00	1.074	8.120.108,09 2.520,00	1.082 0
Ação: Capacitação de Recursos Humanos Produto: Servidor capacitado (unidade) UO 12103: RP não processados	840.000,00	812	671.604,37 67.095,37	1.055 (2) 0
Ação: Assistência Jurídica a Pessoas Carentes Produto: Pessoa assistida (unidade) UO 12103: RP não processados	15.000,00	40	1.490,65 0,00	7 0
Ação: Funcionamento do Centro Cultural Justiça Federal Produto: Centro cultural mantido (unidade) UO 12103: RP não processados	4.130.000,00	1	3.176.095,71 718.055,42	1 0
Ação: Julgamento de Causas na Justiça Federal Produto: Processo julgado (unidade)				
UO 12101: O valor de R\$ 6.038.517,00 foi empenhado pelo TRF 2ª Região (UO 12103) e se refere ao pagamento dos estagiários; ao pagamento do contrato de prestação de serviços de manutenção, suporte técnico e atualização dos Sistemas de Acompanhamento Processual e Sistema de folha de pagamento da Justiça Federal de 1º Grau; e serviços de publicação de Editais. Desse total, R\$ 663.679,27, referem-se a Empenhos a Liquidar				

AÇÃO: ATIVIDADE	Dotação Autorizada		Execução ⁽¹⁾	
	Orçamentária	Física	Liquidado	Física
UO 12103: RP não processados	204.234.151,00	83.000	193.777.465,33 7.029.047,45	69.325 0
Ação: Modernização de Instalações da Justiça Federal. Produto: Instalação modernizada (unidade) UO 12103: RP não processados	400.000,00	1 (3)	0,00 398.868,70	0 1
Ação: Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional na Justiça Federal (E-Jus). Produto: Sistema implantado (% de execução física) UO 12101: O valor de R\$ 1.495.000,00 foi empenhado pelo TRF da 2ª Região (UO 12103). (Dotação autorizada: R\$ 1.502.814,00). Desse total, R\$ 1.495.000,00 referem-se a Empenhos a Liquidar. UO 12103: RP não processados	1.502.814,00		0,00 1.495.000,00	
Ação: Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos servidores públicos federais. Produto: UO 12103: RP não processados	28.392.036,00		27.821.260,25 94.036,00	0 0

Fonte: SIGPLAN/2010

Obs.:

1 - Foram computados inclusive os valores relativos a conta "Crédito Pago – Folha" efetivamente liquidados

2 – Em relação à Ação CRH, o treinamento ocorreu no exercício de 2010.

3 – Houve erro na publicação da LOA e a meta correta é de 1 (uma) instalação modernizada.

4.1.2 - Resultado da Execução do Programa 0569

4.1.2.1 - Assistência Médica e Odontológica - 2004

Em cumprimento ao art. 230 da Lei nº 8.112/90, com a redação dada pela Lei nº 9.656, de 03/6/98 e Resolução CJF nº 2 de 20/2/08, bem como, com a redação dada pela Lei nº 9.527, de 10/12/97, foram alocados recursos visando assegurar aos servidores, magistrados e dependentes uma perfeita saúde física e mental para proporcionar melhor desempenho funcional e aumento na qualidade e capacidade laborativa. Envolve despesas com serviços especializados de

assistência médico-hospitalar, englobando os segmentos ambulatorial, hospitalar e obstetrícia, odontologia, serviços de assistência social e psicológica e a aquisição de equipamentos, medicamentos, vacinas, materiais de consumo e serviços de manutenção de equipamentos hospitalares e odontológicos.

Verifica-se que foi alcançada média mensal de 2276(*) beneficiários. A meta de 3.376 não foi alcançada, tendo em vista que, após a instituição do auxílio-saúde, incluiu-se na previsão a totalidade de servidores, magistrados e respectivos dependentes. Ocorre que alguns servidores optaram por não possuir plano de saúde e outros migraram para planos de saúde oferecidos por outros órgãos públicos, o que afastou o direito de receber o auxílio-saúde pelo Tribunal, tendo em vista ser vedada a acumulação de benefícios da mesma natureza percebidos dos cofres Públicos.

(*) **Fonte:** SIGPLAN/DEZ/2010.

No campo da valorização do servidor e no investimento nos aspectos motivacionais, foram desenvolvidos vários programas voltados para o bem-estar físico e psicossocial.

Em cumprimento ao disposto no artigo 206-A da Lei nº 8.112/90, introduzido pelo artigo 317 da Lei 11.907/09, que acrescentou a exigência de Exame Médico Periódico - EMP para os servidores, o Tribunal convocou para o exame médico periódico, no exercício de 2010, os servidores que compunham a força de trabalho no mês de fevereiro, sendo realizados 656 exames.

Essa ação se conjuga a outras que objetivam proporcionar condições para o acompanhamento e a valorização do bem maior do ser humano, a saúde. Essa preocupação do legislador encontra ressonância também no fomento do clima organizacional adequado, contando com servidores motivados, satisfeitos e produtivos.

Em continuidade ao Programa Escola de Postura, iniciado em exercícios anteriores, procedeu-se, em 2010, à contratação de empresa especializada para executá-lo, acrescido de Ginástica Laboral. O Programa é voltado para o desenvolvimento de consciência corporal, em diversos setores do Tribunal, e assim visa prevenir problemas de saúde, em especial os de natureza osteomuscular. A Ginástica Laboral, em específico, atua favorecendo o equilíbrio individual através de uma intervenção coletiva, promovendo bem-estar e melhora da qualidade de vida dos servidores.

Com relação às ações executadas à conta dessa Atividade, cabe destacar:

EVENTO	BENEFICIÁRIO	QTD
Campanha de Vacinação contra o vírus Influenza	Magistrados, servidores, estagiários e prestadores de serviço.	1.000
Programa de Apoio à Psiquiatria e Psicologia	Magistrados e servidores do Quadro de Pessoal (ativo) do TRF da 2ª Região.	33*
Programa de Fornecimento de Medicamentos para Doenças Crônicas	Magistrados e servidores ativos do Quadro deste Tribunal.	143
Programa de Fornecimento de Medicamentos para Doenças Agudas	Magistrados e servidores em exercício neste Tribunal	1.004

*Média Mensal

Fonte: Planilha fornecida pela Secretaria de Recursos Humanos/TRF2 - SRH.

4.1.2.2 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes – 2010

Esta ação permite assegurar a assistência pré-escolar dos dependentes dos Magistrados e servidores deste Tribunal, na faixa etária de 0 a 5 anos (incluindo os excepcionais cujo desenvolvimento corresponde à idade mental relativa à faixa etária estabelecida), em cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXV, da Constituição Federal/88, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 20/12/06, no art. 54, inciso IV, da Lei nº 8.069/90, regulamentado pela Resolução nº 4/CJF, de 14/3/08.

Consigna-se que o auxílio Assistência Pré-escolar aos dependentes passou para R\$ 450,00, valor previsto na Portaria nº 005/CJF, de 29/1/10, e pago através da tabela de cotas-parte dos beneficiários e do TRF, conforme percentual fixado na Resolução nº 4/CJF, de 14/3/08.

Registra-se a média mensal de 185 beneficiados. (*Fonte: SIGPLAN/DEZ/2010*).

A meta de 205 beneficiários não foi alcançada, tendo em vista que o número de nascimentos e o número de crianças estimadas para os novos servidores ficaram aquém do previsto.

4.1.2.3 – Auxílio-Transporte aos Servidores - 2011

Trata-se de prestação de benefício transporte, sob a forma de pecúnia, em caráter indenizatório ao servidor ativo, permitindo, assim, o auxílio no custeio das despesas com deslocamento do servidor da residência aos locais de trabalho.

O benefício encontra amparo na Medida Provisória nº 2.165-36, de 23/8/01, publicada no D.O.U. de 24/8/01, na Resolução nº 4/CJF, de 14/03/08 e nas Resoluções nº 12/TRF, de 22/9/00 e nº 28/TRF, de 18/10/01.

Verifica-se que a média mensal alcançou 269 beneficiários (*Fonte: SIGPLAN/DEZ/2010*).

O quantitativo apurado foi inferior à meta, de 318 beneficiários, em virtude de exclusões ocorridas no período em decorrência de exonerações, óbitos e aposentadorias, bem como de exclusões voluntárias em decorrência de os valores devidos serem ínfimos.

4.1.2.4 - Auxílio-Alimentação aos Servidores - 2012

Esta atividade refere-se à prestação de benefício alimentação sob a forma de pecúnia, pago no mês anterior ao da competência do benefício, nos termos do art. 22 da Lei nº 8.460, de 17/09/92, com a redação dada pelo art. 3º da Lei nº 9.527, de 10/12/97, Resolução nº 4/CJF, de 14/3/08, Resolução nº 10/TRF, de 04/4/05 e Portaria nº 88/CJF, de 30/11/1999.

Registrou-se média mensal de 1.082 beneficiários (*Fonte: SIGPLAN/DEZ/2010*).

A meta prevista para o exercício foi ultrapassada (1082 beneficiados), tendo em vista que a meta estabelecida (1.074) considerou a quantidade de beneficiados no período base, conforme critério do Conselho da Justiça Federal. No entanto, após a remessa da Proposta Orçamentária, houve inclusão de novos servidores na Força de Trabalho do Tribunal.

4.1.2.5 - Capacitação de Recursos Humanos – 4091

Os recursos alocados nessa Atividade destinam-se à execução de despesas com a qualificação dos magistrados e servidores através da compra de livros e outros materiais didáticos e da reciclagem e aprimoramento de seus conhecimentos, envolvendo a realização e participação em cursos, seminários, treinamentos, seminários, palestras e outros eventos do gênero, nas áreas jurídica, administrativa, tecnológica, comportamental e afins.

A atividade em tela se reveste de relevância na conquista de instrumental moderno e atualizado, por parte de Magistrados e servidores, de forma a que a prestação de nossos serviços alcance a excelência almejada pela sociedade.

Considerando os esforços da Administração para promover o aperfeiçoamento de sua força de trabalho, conforme dispõe o art. 39, § 2º da Constituição Federal e o art. 26 da Lei 11.416 de 15 de dezembro de 2006, e o crescente interesse dos servidores em manter-se atualizados, especialmente nas áreas jurídica e gerencial, superamos em 29,93% a meta constante na LOA 2010 (Lei 12.214, de 27/01/2010), que era de 812, atingindo 1055 treinandos.

Este Tribunal dispõe, na função de gerente, de 325 servidores (165 cargos em comissão e 160 funções comissionadas), tendo sido treinado o quantitativo de 179 gerentes, o que representa, aproximadamente, 55,08% desses servidores. Certamente, a Lei nº 11.416/2006 reforçou o próprio espírito do treinamento, alinhando a motivação, a valorização do esforço pessoal e o foco principal no capital intelectual.

Na Área de Recursos Humanos, foram treinados 859 servidores, o que representa cerca de 69,33% da Força de Trabalho deste Tribunal, em 31.12.10 (1.239 servidores ativos).

Coube à Escola de Magistratura Regional Federal da 2ª Região - EMARF o treinamento de 196 Magistrados.

Elencamos os principais eventos de treinamento ocorridos no exercício de 2010:

- Na área jurídica: “Palestra – Projeto Operação Lei Seca”, “Alterações do CPP” e “Medidas Liminares em Tutela Cautelar e Antecipatória: Teoria e Prática”;
- Na área de comunicação: “Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS” e o Curso “Usos do Argumento na Produção de Textos”;
- Na área de desenvolvimento gerencial: “Desenvolvendo Competências de Comunicação”, “Gerência de Projetos – Nível Básico”;
- Na área de segurança: “Atividade de Inteligência e sua Aplicabilidade”.

O Ensino à distância – EAD foi uma ferramenta muito valorizada pelo Conselho Nacional de Justiça no exercício de 2010. No âmbito deste Tribunal, recebeu atenção especial, tendo sido, inclusive, instituída a Seção de Educação à Distância, vinculada ao Núcleo de Aperfeiçoamento e Especialização para Magistrados Federais – criados pela Resolução nº 13, de 16/7/2010, na estrutura da EMARF, dada a importância dessa modalidade nos tempos modernos. Foram realizados 8 treinamentos, por intermédio de EAD, com carga horária total de 388 horas.,

Foi dado seguimento ao trabalho das Comissões temáticas da EMARF, compostas por 13 Comissões com 67 responsáveis (Presidentes, Coordenadores, Integrantes) pela realização de cerca de 240 atividades com enfoque nos temas: Direito da Seguridade Social; Direito Administrativo e Ambiental; Direito Constitucional; Direito Internacional; Direito Tributário e Financeiro; Direito da Propriedade Intelectual; Direito Privado; Direito Processual Civil; Direito Econômico; Direito Processual Penal; Ciências Sociais e Econômicas; Gestão da Administração Judiciária; Justiça Administrativa

A Escola de Magistratura Regional Federal da 2ª Região - EMARF deu continuidade, de forma ativa, ao aperfeiçoamento dos magistrados, realizando diversos eventos com a presença de renomados juristas e pesquisadores em cursos, congressos, seminários, palestras e mesas de debate, abertos à comunidade jurídica e ao público em geral, com destaque para: *I Seminário Euro-Americano de Justiça Administrativa*; *Fórum "Vida Privada e Intimidade. A Proteção de Dados da Pessoa Humana na Administração Pública"*, *Fórum "Direito Tributário – 5º Encontro"*, *Fórum "Internacional sobre Atividade Inventiva"*; *Fórum "Meios Alternativos de Resolução de Litígios em Propriedade Intelectual"*, *Fórum "Aspectos Controvertidos da Atuação da Defensoria Pública da União em Direito Internacional: Homologação de Sentença Estrangeira, Asilo, Refúgio e Alimentos"*, *"Movimentos Sociais, Democracia e Geração de Novos Direitos"*, *"A Judicialização da Saúde Pública em uma Perspectiva Comparada Franco-Brasileira"*, *"A Experiência Brasileira na Aplicação da Convenção da Haia sobre Sequestro Internacional de Crianças"*, *Fórum "Debate Imprensa e Judiciário"*.

No exercício de 2010, o público em sua totalidade que assistiu às palestras, participando dos congressos oferecidos pela EMARF, chegou a 3.000 pessoas

Com relação ao corpo de servidores, assinala-se a expressiva demanda, disposição essa difícil de mensuração prévia, o que revela o interesse da força de trabalho pelo excelente nível dos cursos oferecidos.

4.1.2.6 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - 4224

A Ação visa assegurar o acesso da população carente à assistência jurídica integral e o pleno exercício dos direitos e garantias individuais e coletivos previstos no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal e envolve despesas com pagamento de honorários a defensores dativos, peritos, intérpretes e curadores especiais nomeados para a prestação desses serviços.

A execução da atividade assegurou a assistência jurídica integral e gratuita a 7 pessoas carentes que buscaram a proteção da Justiça Federal no âmbito deste Tribunal (*Fonte: SIGPLAN/DEZ/2010*).

O objetivo da ação foi cumprido, uma vez que todas as demandas apresentadas foram atendidas, embora a meta projetada tenha sido superior.

4.1.2.7 - Julgamento de Causas - 4257

Os recursos alocados nesta atividade asseguraram as condições necessárias à manutenção e ao funcionamento dos serviços desenvolvidos nas áreas administrativa e judiciária dos órgãos, garantindo a continuidade da prestação jurisdicional com a execução de despesas com a remuneração da força de trabalho; a realização de serviços indispensáveis ao funcionamento das atividades administrativas, como serviços de telefonia e telecomunicação, compra de material de consumo e permanente, assinaturas de jornais e periódicos e demais despesas administrativas; a realização de serviços de manutenção, conservação e reforma e modernização dos imóveis utilizados; a conservação e manutenção da frota de veículos oficiais; contratação de serviços e aquisição de equipamentos e produtos (softwares, hardwares, periféricos, instalações) para o desenvolvimento e manutenção de sistemas corporativos informatizados, além do aumento e atualização da estrutura tecnológica utilizada, buscando disponibilizar soluções tecnológicas para a agilização e segurança do acesso da comunidade usuária às informações e atividades vinculadas à prestação jurisdicional da Justiça Federal.

Apesar de todos os esforços da nossa força de trabalho, não foi atingido o quantitativo estimado. Alguns fatores determinaram o não alcance da meta no exercício de 2010. Os procedimentos de aposentadoria de dois Desembargadores Federais e o afastamento de dois magistrados implicaram, em que pesem as medidas administrativas ligadas à convocação de juízes, a diminuição do ritmo dos julgamentos. Para o auxílio dos Gabinetes dos Magistrados no que se relaciona à meta nº 2, estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, foi constituído Grupo de Apoio aos Gabinetes – GAG, por intermédio da Resolução nº 27, de 7/8/2009, da Presidência deste Tribunal.

Este Tribunal obteve aproximadamente 84% da meta de processos julgados constante da LOA para o exercício de 2010. Faz-se relevante observar que o cálculo da meta não levou em consideração o nível de complexidade dos processos, tampouco definiu a quantidade de processos para cada Turma Especializada. Foi estimado um percentual relativamente uniforme para aplicação sobre a base de cálculo projetada para processos julgados nos exercícios de 2008/2011, período do Plano Plurianual - PPA.

Os órgãos julgadores do TRF 2ª Região conferiram prioridade aos julgamentos de todos os processos mais antigos, distribuídos até 31/12/2005 (meta de nivelamento nº 2 do CNJ/Exercício de 2009) e aos processos distribuídos até 2006 (meta prioritária nº 2 de 2010). Anota-se que essas metas foram estabelecidas nas reuniões com os Presidentes de todos os Tribunais do país, sob coordenação do CNJ, posteriormente às projeções de processos julgados para o PPA.

Os dois grupos de processos não foram escalonados por classe e por nível de complexidade; no entanto, o propósito era atingir todos os processos mais antigos. A referida meta de nivelamento não foi alcançada em 2009, restando um saldo de 5.929 processos, além de ter sido assinalada nova meta pelo CNJ, alcançando a parte do estoque mais antiga. Ao final do exercício de 2010, este Regional contava com 6.180 julgados para efeito da meta que contempla os processos distribuídos até 31 de dezembro de 2006, restando pendentes 3.477 processos. Os saldos

decorrentes das metas mencionadas integrarão o acervo de processos a ser julgado no exercício de 2011.

A Presidência do TRF 2ª Região, ao constatar a existência de processos pendentes de julgamento para os fins previstos nessas metas, editou o Ato nº 472, de 29/11/2010, alterado pelo Ato nº 485, de 7/12/2010, ambos da Presidência do TRF 2ª Região, por intermédio do qual foram convocados os Juízes de 1º Grau, para atuarem em apoio aos Gabinetes dos Desembargadores Federais, tendo por objetivo zerar os saldos de processos das metas estabelecidas pelo CJN, bem como apoiar na celeridade da prestação jurisdicional.

No campo da arrecadação de recursos ao Tesouro Nacional (custas judiciais e receitas de execução fiscal), promovida pela Justiça Federal da 2ª Região, acusamos a expressiva atuação de suas unidades.

O resultado da receita monta R\$ 1.473.133.582,54 que correspondem a aproximadamente 1,6 vezes do valor despendido com a operação e manutenção da Justiça Federal da 2ª Região, incluído o pessoal ativo. Não resta dúvida de que a Justiça Federal da 2ª Região vem cumprindo efetivamente o seu papel em todos os segmentos de atuação.

Arrecadação Justiça Federal da 2ª Região	
Espécie	Valor
Custas Judiciais	6.949.472,74
Depósito/Conversão em Renda	1.257.083.120,76
Dívida Ativa	209.100.989,04
TOTAL	1.473.133.582,54

Fonte: Conselho da Justiça Federal –CJF e Procuradoria da Fazenda Nacional

Observações/Considerações:

¹⁾ Para o cálculo de Custas Judiciais, foram utilizados os valores constantes do e-mail do CJF, datado de 11/2/2011, endereçado à Secretaria de Controle Interno da 2ª Região.

²⁾ Para efeito da apuração de Depósito/Conversão em Renda, foram utilizados os valores brutos, uma vez que o próprio CJF tomou por base esse critério, em 2009-competência, adotando-o no cálculo da arrecadação para divulgação nos relatórios oficiais.

³⁾ Na apuração do valor da dívida ativa, foi utilizada a subtração entre a arrecadação total e a arrecadação na Justiça Federal, cujos elementos foram colhidos de planilha elaborada pela PFN, encaminhada à Secretaria Geral, por intermédio do e-mail, datado de 11/2/2011. Não estão incluídos os valores oriundos do INSS e FGTS.

As despesas de operação e manutenção da Justiça Federal da 2ª Região corresponderam a cerca de 63% dos recursos arrecadados ao Tesouro como fruto de nossas atividades, fato que se destaca na gestão do Tribunal e Seções no exercício de 2010.

Despesas Operacionais	
Justiça Federal da 2ª Região	
Unidades	Valor (R\$)
TRF da 2ª Região	246.097.200,95
Seções Jurisdicionadas (SJRJ e SJES)	682.965.063,46
TOTAL	929.062.264,41

Observações/Considerações:

¹⁾ O critério de apuração levou em conta as despesas empenhadas, sendo computado inclusive os valores a conta "Crédito Pago – Folha" efetivamente liquidados;

²⁾ Excluídas as despesas com inativos e pensionistas, com projetos e os valores relativos a Precatórios e Requisitórios de Pequeno Valor
Foram excluídas as despesas referentes ao Convênio da SJRJ.

Cabe assinalar que a força de trabalho deste Tribunal, em 31/12/2010, contava com 37 Magistrados (14 convocados) e 1.239 servidores, totalizando 1276 pessoas (vide Anexo I).

Em dezembro de 2010, o TRF da 2ª Região contava com 211 estagiários e as Seções Judiciárias vinculadas, 668, compreendidos os níveis superior e médio, assim distribuídos:

Quantitativo de Estagiários na Justiça Federal da 2ª Região

POSIÇÃO EM 31.12.10			
ESTAGIÁRIOS	NÍVEL SUPERIOR		
	TRF	SJRJ	SJES
ÁREA – FIM	80	493	80
ÁREA – MEIO	48	14	8
TOTAL	128	507	88

POSIÇÃO EM 31.12.10			
ESTAGIÁRIOS	NÍVEL MÉDIO		
	TRF	SJRJ	SJES
ÁREA – FIM	32	7	-
ÁREA – MEIO	51	50	16
TOTAL	83	57	16

Fonte: Planilhas fornecidas pela Secretaria de Recursos Humanos e EMARF

O Programa de Estágio se constitui em importante instrumento de apoio às atividades judicantes, contribuindo para a celeridade da prestação jurisdicional.

Por intermédio da Portaria nº 76, de 22/3/2010, foram instituídas a *Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade às Dependências e Serviços Prestados pelo TRF-2ª Região* e a *Comissão Multidisciplinar para Lotação e Acompanhamento de Servidores e Estagiários Portadores de Necessidades Especiais*. O instrumento mencionado visa a atender à Recomendação nº 27, de 16/12/2009, do Conselho Nacional de Justiça.

A Biblioteca recebeu este ano dois estagiários com deficiência visual que estão utilizando os *softwares* e equipamentos do projeto de acessibilidade. Foram promovidos encontros e treinamentos com representantes de segmentos voltados à questão da acessibilidade, inclusive com servidores. O objetivo dessas medidas foi o de alcançar um nível satisfatório de uso dos nossos serviços e o de apurar a adequação de nossas instalações por parte do Grupo mencionado.

Destacamos os serviços realizados de suporte à produção gráfica na 2ª Região compreendendo as seguintes publicações: Boletim Interno, Livro Memórias da Justiça Federal, Regimento Interno, PCRH 2009, Biblios, Cadastro de Autoridades, Habeas Data, Revista Magistratura - EMARF, Revista de Fenomenologia - EMARF, Revista de Súmulas dos Tribunais e dos Juizados Especiais Federais, Informe JF, Boletim TR, Revista da SJRJ, dentre outros.

Dentre as ações gerenciais implementadas em 2010, destaca-se a aquisição de equipamento para impressão de cartões inteligentes utilizados para certificação digital e de crachás de identificação dos servidores, funcionários terceirizados, estagiários e visitantes que transitam nas dependências do Tribunal e Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Também merece destaque a aquisição de programa desenvolvido para controle, acompanhamento e registro da produção gráfica da Justiça Federal da 2ª Região, possibilitando a adequação aos parâmetros de planejamento e eficiência desejados para as atividades envolvidas no processo de produção gráfica e editorial, promovendo melhor atendimento das demandas dos setores do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, CCJF, EMARF e Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Vale ressaltar ainda a prestação de serviços de conversão de 1.490 fitas cassete contendo os registros sonoros dos julgamentos e eventos do Tribunal (desde 1989) para meio digital. Os registros convertidos irão compor o repositório digital da Memória Institucional da 2ª Região, juntamente com os documentos e processos históricos.

No terreno da tecnologia, importa elencar os itens do *Projeto de Nivelamento da Infraestrutura de Tecnologia da Informação*, grupados nas tabelas abaixo.

Itens	Empenhado
Serviços de Manutenção de Infraestrutura de Servidores e Expansão do Computador Central	381.500,00
Serviços de Manutenção e Modernização de Sistemas	465.000,00
Serviço de Manutenção do Parque de Computadores	114.610,00
Serviços e insumos para a Modernização e Ampliação do Parque Computacional	224.310,50
Serviços e insumos da Infraestrutura da Rede Corporativa	45.699,45
Serviços e Insumos do Plano de Segurança e Contingência	240.824,00
Serviço de Desenvolvimento e Evolução de Sistemas Administrativos e Judiciários	126.828,00
Total	1.598.771,95

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação/ TRF-2ª Região - STI
 Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação/ TRF-2ª Região - STI

Os investimentos asseguraram o aumento da aderência aos padrões de nivelamento de serviços e infraestrutura de Tecnologia da Informação estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, por meio de sua Resolução 90, de setembro de 2009, e reforçados pelo Planejamento Estratégico de TI da Justiça Federal – PETI/Jus – publicado na Resolução 103/2010, do Conselho de Justiça Federal – CJF.

Tal aderência, medida pelo indicador de número 24 do Planejamento Estratégico – PE - do TRF 2ª. Região, conquistou o nível de 70% ao término do exercício de 2010, ultrapassando a meta esperada. Outro resultado, medido pelo indicador de número 26 do PE, foi a disponibilidade de 98,55% (também superior à meta esperada) dos serviços críticos de TI ao final de 2010, obtida em função da reestruturação dos contratos de manutenção de infraestrutura, sistemas e parque de equipamentos (referentes aos três primeiros itens da lista acima), além da renovação dos equipamentos servidores, do parque e da rede corporativa.

A implementação desses serviços objetiva a modernização do serviço de busca textual utilizado pela jurisprudência, inteiro teor e pelo *site* institucional, referentes ao último item da lista. Por meio da ampliação do parque computacional, este Regional estima atingir a relação de um computador por usuário e idade média máxima de três anos para as estações de trabalho previstas na Resolução 90/CNJ.

Já o investimento no plano de segurança e contingência visa garantir a continuidade dos serviços críticos através do tratamento dos riscos tecnológicos mais relevantes aos quais a infraestrutura de TI está exposta.

Destacamos a prestação de serviços de Instalação, Configuração e Hospedagem da Plataforma *Moodle* para Treinamento Remoto, para a implementação do Projeto CAE – Curso de Aperfeiçoamento e Especialização de Magistrados: Essa ação consolida a infraestrutura adequada à ferramenta de Ensino a Distância (EAD) aos Magistrados, em atendimento a Meta 8 do CNJ

Itens	Empenhado
Softwares e Equipamentos para Sistemas Administrativos e Judiciários	428.606,00
Softwares e Equipamentos para Modernização e Ampliação do Parque Computacional	197.315,90
Softwares e Equipamentos para Plano de Segurança e Contingência	174.000,00
Total	799.921,90

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação/ TRF-2ª Região - STI

Relativamente à 2ª tabela, salientamos que as contratações propõem-se à modernização do serviço de busca textual utilizado pela jurisprudência, inteiro teor e pelo site institucional, referentes ao primeiro. Por meio da ampliação do parque computacional, objetiva-se atingir a relação de um computador por usuário e idade média máxima de três anos para as estações de trabalho previstas na Resolução 90/CNJ. O investimento no plano de segurança e contingência pretende garantir a continuidade dos serviços críticos por meio do tratamento dos riscos tecnológicos mais relevantes aos quais a infraestrutura de TI se encontra exposta.

Foi implantada a utilização do e-DJF2R que converge para as ações comprometidas com a sustentabilidade. Com a implementação do Diário Eletrônico, apurou-se uma economia considerável aos cofres públicos. Essa conquista proporciona o alcance de mais uma etapa em direção à virtualização de nossas atividades.

4.1.2.8 - Funcionamento do Centro Cultural Justiça Federal - 8417

O Centro Cultural Justiça Federal – CCJF tem um programa de trabalho específico para o atendimento de suas despesas, tendo em vista a natureza peculiar de suas atividades, levando-se em consideração a programação normalmente desenvolvida pelo Poder Judiciário.

Este Regional tem plena consciência da importância de um espaço como o Centro Cultural para o fomento de idéias, intercâmbio cultural, disseminação do saber em seus mais variados matizes. Assume-se, portanto, efetiva responsabilidade no campo sociocultural, de forma a promover cultura, garantindo a expressão do pensamento e a democratização do acesso a diversas manifestações culturais.

Não se deve aqui esquecer da complexa e desafiante missão do CCJF, que é a de oferecer um canal de fruição cultural à sociedade brasileira – em especial à população carioca, respeitando a pluralidade de nossas manifestações culturais, em consonância com os preceitos constitucionais que asseguram o direito à cultura.

A visitação em 2010 registrou, aproximadamente, 102 mil visitantes/ano. O site do CCJF consolidou-se definitivamente como um instrumento de comunicação efetiva entre o público e o CCJF, com 13.558 acessos.

De uma forma geral, as atividades oferecidas ao público podem ser assim resumidas: 23 exposições, 24 apresentações musicais, 8 apresentações cinematográficas; 13 peças teatrais; 25 livros foram lançados no CCJF; 18 palestras, seminários, debates e mesas redondas; 40 cursos e oficinas.

Cumprе sublinhar a existência do projeto “(Re)Conhecendo a Biblioteca” do CCJF, que objetiva aproximar o público das atividades executadas naquele Espaço. Entre as 19 atividades desenvolvidas, podemos destacar: “Saúde mental e Intervenção Cultural”, “Ensaio Técnico do Carnaval Carioca”, “A Poesia Portuguesa: Uma Atividade Literária pelo tempo”, “História do Negro na Fotografia Brasileira”, “krav Maga como Postura de Vida”.

O prédio que abriga o CCJF merece a atenção especial, devido à sua natureza de prédio tombado. Em 2010, dando continuidade aos serviços de restauração, foi realizada a restauração da fachada lateral esquerda do prédio histórico que abriga o Centro Cultural, situado na Avenida Rio Branco, nº 241, cujo montante total aplicado chegou a R\$ 282.290,00.

Foi adaptada uma sala para projeção, com vistas a conferir ao CCJF um espaço de cinema, no valor de R\$ 60.029,99. Foram adquiridas poltronas e mesas para o mencionado ambiente, a um custo de R\$ 129.970,00.

No ano de 2010, a empresa que explora uma cafeteria nas dependências do CCJF depositou nos cofres públicos o valor de R\$ 17.200,40, em contrapartida pela concessão de um espaço para exercer uma atividade comercial que atende a quem visita as exposições, o teatro e as demais atividades culturais oferecidas ao público.

No exercício de 2010, o CCJF contou, entre outros, com a realização dos seguintes eventos: Peça teatral *Fascinante Gershwin*, Exposição *Galeria das Togas; África Hereditária – Interativa*; Exposição *Parede II Festival Internacional de Pôster Arte do Rio de Janeiro*; Exposição *Arte Muito Especial*; *Rio + Design'10*; Mesa Redonda Internacional, Lançamento de Caderno e Exposição.

4.1.2.9 – PROJETO 1136 - Modernização de Instalações da Justiça Federal

AÇÃO: PROJETO	Dotação	Execução
	Autorizada	Empenhado
Ação: Modernização de Instalações na Justiça Federal.	R\$ 400.000,00	R\$ 398.868,70
UO 12103		

Fonte: SIGPLAN

O projeto tem por finalidade reformar, ampliar e modernizar as instalações do complexo predial onde tem sede o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com área construída de 49.255,64 m², visando proporcionar condições físicas adequadas ao bom funcionamento dos serviços judiciários.

A meta não foi alcançada em 2010, porque a especificação relativa aos serviços pretendidos somente foi finalizada em meados do ano. Tal demora na conclusão do memorial técnico deveu-se ao fato do objeto tratar de peculiaridades de cunho muito específico, nos quais os profissionais de engenharia necessitaram de tempo para pesquisas e coleta dos dados de campo.

O projeto de modernização otimizará o sistema de controle de acesso existente (catracas eletrônicas), com a sua integração ao sistema de automação predial. Outra consequência desta modernização, é que o sistema antialagamento substituirá a tecnologia de acionamento elétrico por pressurizado, das válvulas hidráulicas, utilizando o sistema pneumático, acarretando menor tempo de resposta em caso de sinistro. Como resultado, conseguir-se-á maior segurança e controle do sistema de acesso e das instalações hidráulicas prediais, minimizando riscos e maximizando a supervisão predial.

O aditamento à modernização dos elevadores não foi concluído no exercício de 2010 devido ao fato dos serviços que o compõem estarem atrelados ao objeto principal. Este, por sua vez, não foi concluído no exercício de 2010 devido ao atraso da empresa contratada, justificado pelo tempo de fabricação dos equipamentos, motivo do aditamento do prazo contratual de execução.

Apesar de não terem sido efetuados pagamentos, o projeto encontra-se em fase final de execução, já tendo sido instalados painéis de botoeiras com acionamento por toque, em braile, chaves de comando automático, ventilação, iluminação, cabos de manobra e indicadores de posição.

Ao final do exercício, foram comprometidos R\$ 398.868,70 para uma dotação final de R\$ 400.000,00 representando aproximadamente 99,7 % deste valor.

4.1.2.10 – PROJETO 3757 - Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional - ISIGI

AÇÃO: PROJETO

Ação: Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional na Justiça Federal.

Produto: Sistema implantado (% de execução física)

Obs. : A apreciação da execução física ficará a cargo do Conselho da Justiça Federal.

UO 12101: Foi empenhado o valor de R\$ 1.495.000,00 (Programa de Execução Nacional) para atender a programação do TRF da 2ª Região, dentro de um total de R\$ 1.502.814,00 disponibilizados.

UO 12101: Todo o valor de R\$ 1.495.000,00 foi inscrito em Restos a Pagar com previsão de pagamento durante o exercício de 2011.

Obs.: ¹UO 12101 - Orçamento e meta estabelecidos para as 27 Unidades Gestoras da Justiça Federal de 1º Grau, distribuídas nas cinco Regiões e no Conselho da Justiça Federal.

Os recursos destinados a este Projeto, de execução nacional, têm como objetivo precípuo promover a modernização e a integração da Justiça Federal com o contínuo aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, tendo como objetivos principais: a agilidade, a transparência, a facilidade e a minimização de custos no tratamento digital dos documentos e informações que resultam das atividades da Justiça Federal.

Durante todo o exercício de 2010, o Conselho de Justiça Federal – CJF – se responsabilizou pelas aquisições deste projeto, direcionando-as ao atendimento de dois projetos nacionais: a virtualização da Justiça Federal e o Sistema de Gestão da Justiça Federal – SIGJUS. No final do exercício, foram liberados recursos necessários ao atendimento de necessidades regionais, contudo alinhadas aos dois projetos nacionais mencionados.

Importa focar o nivelamento da Infraestrutura de Tecnologia da Informação, que visa modernizar a Infraestrutura de TI em toda a Segunda Região (TRF, SJRJ e SJES). Essas ações asseguram os níveis de serviço (qualidade, disponibilidade e confiabilidade), adequados ao cumprimento da função institucional, com ajustes das capacidades de processamento, armazenamento e transmissão de dados de infraestrutura de TI. Esse projeto estratégico observa recomendação contida na Resolução CNJ 90 de setembro de 2009 e se alinha ao Planejamento Estratégico de TI da Justiça Federal – PETI/Jus 2010-2014, publicado na Resolução 103/2010 do Conselho da Justiça Federal - CJF.

Os Itens referentes ao Projeto Estratégico encontram-se detalhados no quadro a seguir:

Item	Valor Empenhado
Equipamentos e Softwares para a Ampliação do Parque Computacional	612.000,00
Equipamentos Servidores e Softwares para o Plano de Segurança e Contingência	859.000,00
Serviços de Instalação para o Plano de Segurança e Contingência	24.000,00
Totais	1.495.000,00

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação/ TRF-2ª Região - STI

O conjunto de realizações terá por fim a renovação e modernização dos equipamentos servidores e estações de trabalho. Essas contratações se voltam a atender a infraestrutura necessária à utilização de documentos eletrônicos, a reduzir a idade média das estações de trabalho para 3 anos, a aproximar a idade média dos computadores servidores para 8 anos e a alcançar a relação de uma estação de trabalho por usuário, conforme recomendado pela Resolução 90/2009 do CNJ. Os equipamentos servidores adquiridos também proporcionarão um melhor aproveitamento do espaço disponível para o CPD.

Avaliação Global:

Da meta regional do ISIGI no exercício de 2010, coube ao TRF da 2ª Região empenhar 21,2% dos recursos, tendo sido colocados à disposição da Região créditos no montante de R\$ 7.045.814,00. Desse montante, foram comprometidos R\$ 1.495.000,00, valor este totalmente inscrito em Restos a Pagar, tendo em vista que foi liberado pelo Conselho de Justiça Federal – CJF, para uso regional somente no final do exercício.

4.1.2.11 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - 09HB

Os recursos alocados no orçamento destinaram-se ao pagamento da parte da União Federal no custeio do Regime de Previdência de 1.038 Magistrados e servidores públicos federais ativos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

4.2 - PROGRAMA: 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

4.2.1 - Demonstrativo da Dotação/Execução do Programa/Operações Especiais:

AÇÃO: OPERAÇÕES ESPECIAIS	Dotação Autorizada		Execução	
	Orçamentária	Física	Liquidado (1)	Física
Ação: Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Nacional				
Produto: Pessoa Beneficiada (unidade)				
UO 12103:	28.872.766,00	131	28.854.414,33	149
RP não processados			18.351,67	

Fonte: SIGPLAN/2010

Obs:

(1) Foram computados inclusive os valores relativos a conta "Crédito Pago – Folha" efetivamente liquidados.

4.2.2 - Resultado da Execução do Programa 0089

4.2.2.1 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões – 0396

Através desta operação especial que se destina, exclusivamente, à execução das despesas com o pagamento do pessoal inativo, pensionistas e encargos sociais, foram atendidos 149 beneficiados no âmbito deste Tribunal, conforme detalhamento do quadro abaixo.

ÓRGÃO	Quantitativos ¹			TOTAL ²
	Inativos	Pensão		
		Instituidores	Beneficiários	
TRF 2ª Região	124	25	39	149

Fonte: Planilha fornecida pela Secretaria de Recursos Humanos.

Observações/Considerações:

1) Estes quantitativos incluem Magistrados e servidores; excluído 1 inativo que não percebe proventos por este Tribunal, tendo em vista opção por outro Órgão, em razão da impossibilidade de acumulação;

2) No quantitativo total, não está computado o número de beneficiários.

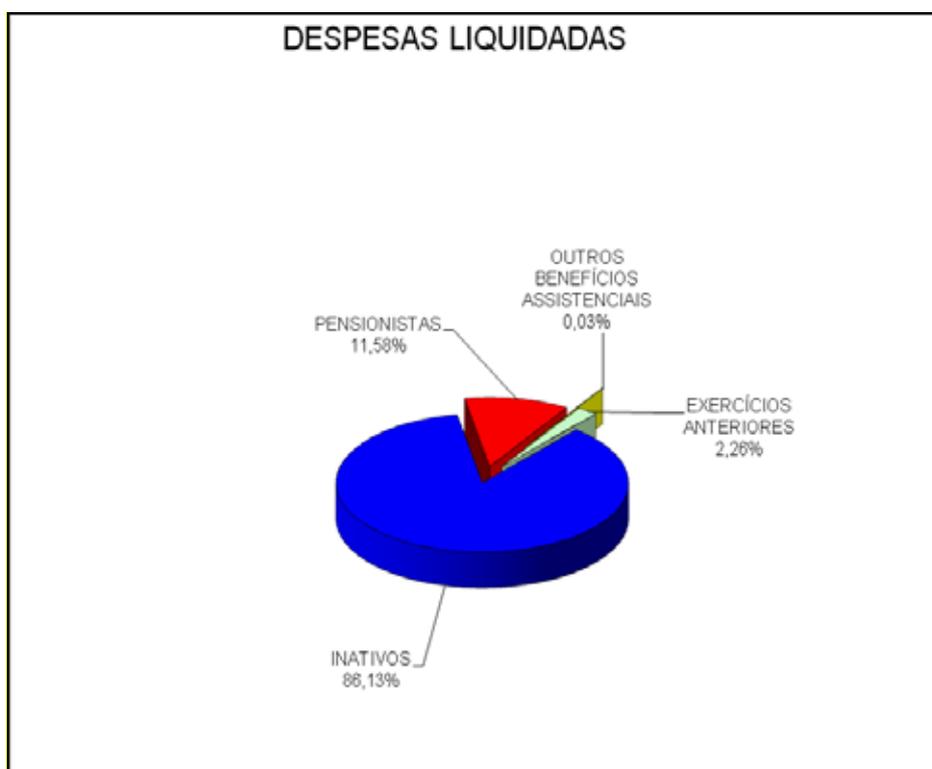
O quantitativo de inativos e instituidores de pensão (incluindo dados relativos a Magistrados e servidores deste Tribunal) alcançado em 2010 (149) ficou acima da meta da LOA (131), tendo em vista que a meta estabelecida considerou o quantitativo efetivo no período-base,

conforme critério adotado pelo Conselho da Justiça Federal. No entanto, após a remessa da Proposta Orçamentária, foram concedidas novas aposentadorias e pensões.

Houve, no exercício de 2010, uma dotação final de R\$ 28.872.766,00, para uma liquidação efetiva de R\$ 28.854.414,33.

Destaca-se que o montante inscrito em Restos a Pagar, no valor de R\$18.351,67, é destinado ao pagamento de valores referentes à diferenças de reajuste geral a servidores inativos não pagos à época.

O gráfico, a seguir, demonstra o detalhamento das despesas liquidadas nesta atividade, ao final do exercício.



No tocante às despesas executadas, destacam-se as seguintes ocorrências constantes da tabela abaixo:

Espécie	Fundamento Legal/Normativo	Valor
Parcela Autônoma de Equivalência	Proc. Nº 2006.16.0031-CJF	650.826,72

Fonte: Divisão de Cadastro e Pagamento/Secretaria de Recursos Humanos.

No quadro abaixo, demonstramos a variação da quantidade de Magistrados e servidores inativos, e pensionistas no período 2009/2010.

Demonstrativo da Quantidade Física

TIPO	EXERCÍCIO DE 2009 (31/DEZ)	EXERCÍCIO DE 2010 (31/DEZ)	VARIAÇÃO
Magistrados Inativos	15	17	2
Servidores Inativos	102	107	5
Instituidores de Pensão	21	25 *	4

Fonte: Secretaria de Recursos Humanos.

Obs.: * Este quantitativo inclui Magistrados (4) e servidores (21).

– No ano de 2010, ocorreram, no TRF da 2ª Região: 3 aposentadorias de Magistrados, 1 falecimento de Magistrado inativo; 7 aposentadorias de servidores, 2 falecimentos de servidores inativos.

4.3 - PROGRAMA: 0901 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS

4.3.1 - Demonstrativo da Dotação/Execução

Art. 100 da Constituição Federal de 1988 e art 78 do ADCT

Cumprimento de Sentenças Judiciais

AÇÃO: OPERAÇÕES ESPECIAIS	Destaque		Execução	
	Orçamentária	Física	Liquidado	Física
Ação: Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Produto: Destaque:	1.028.279.479,00		1.028.107.153,42	
TOTAL	1.028.279.479,00		1.028.107.153,42⁽¹⁾	
Ação: Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações Produto: Destaque RP Não Processados	444.837.299,00		415.103.668,34 29.733.630,66	
TOTAL	444.837.299,00		415.103.668,34⁽²⁾	
Ação: Contribuição Patronal Sobre Precatórios e Requisitórios de Pequeno Valor Produto: Destaque:	93.382.030,00		4.073.926,84	
TOTAL	93.382.030,00		4.073.926,84	
TOTAL GERAL	1.566.498.808,00		1.447.284.748,60	

Fonte: SIAFI/Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças – SPO

Obs.:

⁽¹⁾ Não estão incluídos os valores relativos a Entidades Não Integrantes do SIAFI (R\$ 92.859,75). Consideram-se as devoluções decorrentes de retificação e/ou cancelamento efetivadas após o depósito (R\$ 256.024,41).

⁽²⁾ Consideram-se devoluções na forma indicada na nota anterior (R\$ 94.701,81).

Demonstrativos de Restos a Pagar 2009

		R\$	
AÇÃO: OPERAÇÕES ESPECIAIS	Valor Inscrito	Execução	
Ação: Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações			
UO 12103:	0		0
Entidades (Dotação Descentralizada):	0		0
TOTAL	0		0
Ação: Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações			
UO 12103:	43.889.942,08		35.508.324,19 ⁽¹⁾
FRGPS (Dotação Descentralizada) ⁽²⁾ :	26.046.499,63		26.046.499,63 ⁽²⁾
TOTAL	69.936.441,71		61.554.823,82

Fonte: SIAFI/Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

Obs.:

⁽¹⁾ Desse total, R\$ 7.162.604,92 são referentes às RPVs autuadas em dezembro/2009. Além disso, R\$ 28.345.719,27 são relativos ao pagamento de RPVs competência novembro/2010 com RP 2009, conforme orientação do Conselho da Justiça Federal – CJF;

⁽²⁾ O total contempla RPVs autuadas em dezembro/2009 - R\$ 16.386.523,71 - e as RPVs relativas a novembro/2010, no valor de R\$ 9.659.975,92, pagas à conta de RP 2009, conforme autorização do CJF.

4.3.2 - Resultado da Execução do Programa 0901

4.3.2.1 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) - 0005

A inclusão e a previsão das despesas voltadas para o pagamento de sentenças judiciais observaram as determinações da Lei n.º 12.017/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2010).

Ao longo do exercício, foram depositados precatórios num montante de R\$ 1.028.456.037,58, oriundos da Administração Direta (R\$ 745.538.475,14), Indireta (R\$ 282.824.702,69) e Entidades não-integrantes do SIAFI (R\$ 92.859,75), considerando, para tanto, os recursos autorizados no orçamento de 2010 e as transferências financeiras realizadas diretamente por entidades não-integrantes do Orçamento Geral da União.

Em virtude de retificações e cancelamentos de precatórios, integrantes do orçamento (SIAFI), liquidados no exercício de 2010, foi estornado aos empenhos o valor de R\$ 256.024,41.

Dessa forma, foi efetivamente liquidado o montante de R\$ 1.028.107.153,42, sendo R\$ 745.430.634,58 da Administração Direta e R\$ 282.676.518,84 da Administração Indireta.

A Unidade Orçamentária deste Tribunal compreende duas Unidades Gestoras para efetivar o pagamento de precatórios:

I – UG 090048

A UG 090048 responde pela execução das dotações destinadas aos precatórios inscritos originalmente a partir da Proposta Orçamentária do exercício de 2004 (competência) e pelos Requisitórios de Pequeno Valor registrados a partir do mesmo ano.

O montante de R\$ 978.937.422,51 corresponde aos depósitos realizados no exercício de competência, não contemplando as devoluções decorrentes de retificações e/ou cancelamentos no valor de R\$ 256.024,41.

Anota-se que o segundo quadro refere-se a precatórios inscritos originalmente na Proposta 2010. Os totais não compreendem valores provenientes de entidades não integrantes do Orçamento Geral da União (R\$ 92.859,75).

Na seqüência, o último quadro contempla as sentenças inscritas nas Propostas Orçamentárias de 2004 a 2009.

Depósitos de Precatórios – UG 090048

ORIGEM	Destaque		Transferências Financeiras		TOTAL	
	2010					
	QTD	Valores	QTD	Valores	QTD	Valores
Administração Direta	6.367	713.823.566,51			6.367	713.823.566,51
Entidades	2.986	95.111.522,31			2.986	95.111.522,31
Fundo do Regime Geral da Previdência Social-FRGPS	2.268	169.909.473,94			2.268	169.909.473,94
Entidades não integrantes do Orçamento Geral da União			2	92.859,75	2	92.859,75
TOTAL	11.621	978.844.562,76	2	92.859,75	11.623	978.937.422,51

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias – SAJ

Proposta 2010-UG 090048

ORIGEM	NATUREZA					
	Alimentar		Comum		Capital	
	QTD	Valor	QTD	Valor	QTD	Valor
Administração Direta	5.607	427.855.149,77	256	34.531.954,37	22	877.715,05
Entidades*	2.838	80.626.354,15	53	2.946.532,20	6	745.283,40
FRGPS	2.268	169.909.473,94				
TOTAL	10.713	678.390.977,86	309	37.478.486,57	28	1.622.998,45

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias - SAJ

Precatórios Parcelados (Propostas 2004 a 2009 – UG 090048)

ORIGEM	NATUREZA					
	Comum		Capital		Total	
	QTD	Valor	QTD	Valor	QTD	Valor
Administração Direta	458	249.560.306,30	24	998.441,02	482	250.558.747,32
Entidades	84	9.202.562,54	5	1.590.790,02	89	10.793.352,56
TOTAL	542	258.762.868,84	29	2.589.231,04	571	261.352.099,88

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias – SAJ

II – UG 090028

A Unidade Gestora 090028 fica responsável pela execução das parcelas vencíveis até 2004, ou seja, as referentes aos precatórios originários das propostas dos exercícios de 2001 a 2003, bem como quaisquer pendências de exercícios anteriores a 2004, tendo em vista que, nesta UG, estão mantidos os registros originais, inclusive no tocante às parcelas pagas.

Depósitos de Precatórios – UG 090028

ORIGEM	VALORES	
	2010	
	QTD	Valores
Administração Direta	74	31.714.908,63
Entidades	10	17.803.706,44
TOTAL	84	49.518.615,07

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias - SAJ

Nota: Não ocorreram devoluções decorrentes de retificação e/ou cancelamento, após o depósito.

Precatórios Parcelados (Propostas 2001 a 2003 – UG 090028)

ORIGEM	Competência 2010					
	Comum		Capital		Total	
	QTD	Valor	QTD	Valor	QTD	Valor
Administração Direta	61	23.824.324,62	13	7.890.584,01	74	31.714.908,63
Entidades	7	17.490.572,62			7	17.490.572,62
TOTAL	68	41.314.897,24	13	7.890.584,01	81	49.205.481,25

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias – SAJ

Registra-se que, no tocante a precatórios de exercícios anteriores, houve 3 depósitos correspondendo a R\$ 313.133,82.

4.3.2.2 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Pequeno Valor) - 0625

Os Requisitórios de Pequeno Valor (RPV) são limitados a 60 salários mínimos e representam cerca de 90% do volume de requisitórios processados. Como definidos na Resolução/CJF nº. 122/2010, são processados mensalmente e depositados com correção monetária, em até 60 dias, contados a partir do registro da requisição no Tribunal.

Foi depositado o montante de R\$ 476.753.193,97 oriundos de requisições expedidas por Varas Federais, Comarcas Estaduais com competência delegada e Juizados Especiais Federais. Desse montante, R\$ 23.549.128,63 são referentes a Requisitórios autuados em dezembro de 2009 e liquidados em janeiro de 2010, a conta de Restos a Pagar. Além disso, parte dos Requisitórios autuados em novembro de 2010, no valor de R\$ 38.005.695,19, foram liquidados com Restos a Pagar, conforme autorização do Conselho da Justiça Federal.

Em virtude de retificações e cancelamentos de requisições de pequeno valor liquidadas no exercício de 2010, retornou aos empenhos o valor de R\$ 94.701,81.

O exame a seguir demonstrará a execução verificada na ação destinada ao pagamento de Requisitórios de Pequeno Valor.

Competência dos Depósitos de RPVs – Exercício 2010

ORIGEM	COMPETÊNCIA*				TOTAL	
	2010		Outros Exercícios		QTD	Valores
	QTD	Valores	QTD	Valores		
Varas Federais (inclusive Comarcas Estaduais com competência delegada)	22.826	97.286.055,97	1.166	4.661.905,63	23.992	101.947.961,60
Juizados Especiais Federais	49.017	355.918.009,37	3.042	18.887.223,00	52.052	374.805.232,37
TOTAL	71.843	453.204.065,34*	4.208	23.549.128,63	76.051	476.753.193,97

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias – SAJ

* Nesse valor, foram executados R\$ 38.005.695,19 (RP 2009), referente a RPVs autuados em novembro/2010, conforme orientação do CJF.

Nota: Ao longo do ano, devido a retificações e cancelamentos, retornou aos empenhos o valor total de R\$ 94.701,81.

Encontram-se detalhados a seguir os dados orçamentário-financeiros:

Natureza dos Depósitos de RPs – Exercício 2010

ORIGEM	NATUREZA									
	Alimentar/EFU		Comum/EFU		Alimentar/FRGPS		Alimentar/FNAS		Capital/EFU	
	QTD	Valor	QTD	Valor	QTD	Valor	QTD	Valor	QTD	Valor
Varas Federais (inclusive Comarcas Estaduais com competência delegada)	15.360	53.487.126,93	1.670	5.786.489,66	5.754	37.585.399,57	21	243.820,36	21	183.219,45
Juizados Especiais Federais	25.183	174.939.179,30	8.017	5.697.472,03	14.913	165.699.107,15	904	9.582.250,89		
TOTAL	40.543	228.426.306,23	9.687	11.483.961,69	20.667	203.284.506,72	925	9.826.071,25	21	183.219,45

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias – SAJ

4.3.2.3 – Devolução de Valores

	Origem	Depositados em 2010	Correção Monetária (depositados em 2010)	Outros Exercícios
Precatórios	Administração Direta	107.840,56	3.497,59	446.647,50
	Entidades	148.183,85	3.021,85	2.631.661,25
RPs	União	64.917,47	547,80	805.824,65
	FRGPS	29.784,34	383,47	1.038.433,83
TOTAL		350.726,22	7.450,71*	4.922.567,23*

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias - SAJ

* O valor de R\$ 10.276,24 não transitou pela conta do Tribunal, sendo transferido automaticamente à STN, pela instituição financeira, via SIAFI.

O quadro abaixo detalha a quantidade de precatórios e requisitórios de pequenos valores depositados, à conta de todos os recursos disponíveis no exercício de 2010:

	Exercício 2010	Quantidade	Valores
Precatórios ⁽¹⁾		11.707	1.028.456.037,58
RPs ⁽²⁾		76.051	476.753.193,97
TOTAL		87.758	1.505.209.231,55

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias/Secretaria de Orçamento, Planejamento e Finanças.

Obs: O valor inclui precatórios de entidades não integrantes do SIAFI.

⁽¹⁾ Está incluído o valor de R\$ 256.024,41 referente às devoluções ocorridas no exercício de 2010;

⁽²⁾ Incluído o valor de R\$ 38.005.695,19 para pagamento de RPs autuadas em novembro/ 2010, com recursos de RP 2009.

⁽³⁾ Está incluído o valor de R\$ 23.549.128,63 para pagamento de RPs autuadas em dezembro/ 2009, liquidadas em janeiro/2010 com recursos de RP 2009.

CONCLUSÃO

O alinhamento das principais ações ao planejamento estratégico da 2ª Região possibilita o monitoramento das diversas atividades instituídas na pauta de prioridades para o período de 2010/2014. Com a avaliação das sistemáticas, é possível aos Gestores, incluindo os Magistrados, adotar tempestivamente estratégias em direção à consecução plena das metas e indicadores.

As iniciativas do Conselho da Justiça Federal e do Conselho Nacional de Justiça, com definição de metas claras e objetivas, configuram não só o planejamento, mas também o ponto de convergência para a modernização dos processos de trabalho, incluindo o tratamento uniforme das práticas, com vistas a conjugar qualidade na prestação jurisdicional e celeridade do julgamento dos feitos.

A Justiça Federal vem investindo no seu reaparelhamento, a exemplo da atualização dos recursos tecnológicos. Outro importante fator se refere à expansão da Justiça Federal, prevista na Lei nº12.011, de 4/8/2009. A ampliação do corpo de magistrados e servidores proporcionará a distribuição de processos compatível com o limite laboral de nossa força de trabalho, além de remanejamento de Juízos, sempre com a intenção de reduzir o tempo de tramitação entre a distribuição e o julgamento.

A Justiça Federal da 2ª Região assume compromisso de fomentar empreendimentos como a Ação Global, com a presença de Juizados Federais Itinerantes, e os Mutirões de Conciliação, além de submeter as mais diversas atividades ao crivo crítico, tendo por parâmetro a garantia do prazo razoável do processo, simplificação de rotinas e a efetividade de suas ações.

Com efeito, consignamos que o alcance da taxa de julgamento para o Programa Prestação Jurisdicional da Justiça Federal da 2ª Região retrata todo o empenho de nossos magistrados e servidores, que se dedicam aos eventos de capacitação, visando ao incremento do desempenho.

A contemporaneidade é marcada pela globalização e por uma gama infinita de informações e produção do conhecimento. Nesse cenário, é que o Judiciário ocupa seu espaço como instância necessária ao equilíbrio das forças que caracterizam o solo democrático.

Rio de Janeiro, 3 de março de 2011.

Desembargador Federal PAULO ESPIRITO SANTO

Presidente

ANEXOS

ANEXO I - DEMONSTRATIVO DA FORÇA DE TRABALHO**SERVIDORES ATIVOS²**

SITUAÇÃO FUNCIONAL	2ª REGIÃO		TOTAL
	TRF da 2ª Região	JF 1ºGrau	
Servidores Ativos (+)	994	3126	4120
Servidores Cedidos (-)	56	152	208
Servidores Removidos (-)	57	182	239
Servidores em Licença sem Vencimentos (-)	4	8	12
Servidores Requisitados (+)	182	122	304
Servidores Removidos (+)	154	77	231
Servidores no Órgão em Lotação Provisória (+)	8	8	16
Servidores do Órgão em Lotação Provisória (-)	8	15	23
Ocupantes de CJ sem Vínculo (+)	26	12	38
Magistrados Ativos (+)	24	220	244
Magistrados Convocados (+) ¹	14	-	14
Magistrados Cedidos (-) ¹	-	14	14
Magistrados Licenciados/Afastados (-)	1	1	2
TOTAL	1.276	3.193	4.469

Fonte: Planilha fornecida pela SRH.

Obs: ¹⁾ Os Magistrados Convocados (+) são aqueles convocados pelo TRF da 2ª Região para prestar-lhe auxílio. Já os Magistrados Cedidos (-) são aqueles Magistrados da JF de 1º Grau que foram convocados para ser Juizes Auxiliares no TRF da 2ª Região e no STF;

²⁾ Os dados refletem a situação real, independe de haver ônus ou não.

SERVIDORES INATIVOS

SITUAÇÃO FUNCIONAL	2ª REGIÃO		TOTAL
	TRF da 2ª Região	JF 1º Grau	-
Magistrados Inativos (+) ¹⁻²	17	9	26
Servidores Inativos (+) ¹⁻²	107	410	517
Pensões Estatutárias (+) ³	39	255	294
TOTAL	163	674	837

Fonte: Planilha fornecida pela SRH.

OBSERVAÇÕES/CONSIDERAÇÕES:**1) Total de Magistrados e Servidores inativos em 2010:**

- TRF da 2ª Região: No total de servidores não foi computado um inativo que não percebe proventos pelo TRF da 2ª Região, tendo em vista a impossibilidade de acumulação de proventos;
- JF 1º Grau: Nos totais de Magistrados não foram incluídos 4 Juizes Federais da SJ/RJ: 2 que percebem seus proventos por outras Regiões e 2 que não percebem proventos por aquela Seccional, tendo em vista a impossibilidade de acumulação de proventos.

2) No ano de 2010, ocorreram as seguintes alterações:

- TRF da 2ª Região: 3 aposentadorias de Magistrados, 1 falecimento de Magistrado inativo; 7 aposentadorias de servidores, 2 falecimentos de servidores inativos
- SJ/RJ: 18 aposentadorias de servidores e 8 falecimentos de servidores inativos, e 1 cancelamento de aposentadoria (renúncia);
- SJ/ES: 4 aposentadorias de servidores e nenhum falecimento de servidor inativo.

3) Total de pensionistas em 2010, referentes aos seguintes quantitativos de instituidores:

- TRF da 2ª Região: 4 Magistrados e 21 servidores;
- SJ/RJ: 9 Magistrados e 172 servidores;
- SJ/ES: 1 Magistrado e 7 servidores.

ANEXO II – Matriz dos Indicadores Estratégicos da 2ª Região**Indicador 01**

Visão de Futuro: Até 2014, ser reconhecida perante a sociedade, como modelo de efetividade, transparência e segurança jurídica.

INDICADOR: Grau de satisfação da sociedade com a Justiça Federal da 2ª. Região

Tipo de Indicador	Efetividade				
O quê mede	Mede a satisfação da sociedade na Justiça Federal da 2ª. Região.				
Quem mede	Assessoria de Gestão Organizacional - AGOR				
Quando medir	Anual				
Onde medir	Por e-mail (com advogados cadastrados no “Push”), formulário “on line” no site e por formulários impressos disponibilizados na recepção e turmas.				
Polaridade	Maior melhor				
Por quê medir	Para verificar o nível de satisfação da sociedade na Justiça Federal da 2ª Região				
Como medir	% apurado em pesquisa de opinião pública de satisfação dos usuários da Justiça Federal da 2ª Região.				
Situação (2009)	TRF2: 85,8% (2009),				
Situação (2010)	TRF2: 82,7% (2010)				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	89%	91%	93%	95%	97%
SJRJ	89%	91%	93%	95%	97%
SJES	89%	91%	93%	95%	97%

Indicador 02

Objetivo: Agilizar os trâmites judiciais e administrativos

INDICADOR: Idade do acervo

Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	A quantidade de processos em tramitação há mais de 4 anos				
Quem mede	Núcleo de estatística				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	TRF2 (NUEST)				
Polaridade	Menor melhor				
Por quê medir	Para avaliar a redução da idade do acervo.				
Como medir	% Processos em tramitação protocolados há + de 4 anos				
Situação (2009)	TRF2: 22% SJRJ: 46% SJES: 47% JEFRJ 5% JEFES 4%				
Situação (2010)	TRF2: $15.728 / 96.820 \times 100 = 16\%$ SJRJ (1º grau) 2010: $369.655 / 666.369 \times 100 = 55.47\%$ JEFRJ: $3.807 / 163.936 \times 100 = 2,32\%$ SJES (1º grau) 2010: $53.507 / 111.700 \times 100 = 47\%$ JEFES: $799 / 29.945 \times 100 = 2,7\%$				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	17%	12%	7%	2%	0%
SJRJ	41%	36%	31%	26%	21%
SJES	42%	37	32%	27%	22%
JEFRJ	2%	0%	0%	0%	0%
JEFES	1%	0%	0%	0%	0%

Indicador 03

Objetivo: Agilizar os trâmites judiciais e administrativos

INDICADOR: Taxa de congestionamento (conhecimento)

Tipo de Indicador	Eficácia				
O quê mede	Mede a taxa de congestionamento do 1º e 2º graus e nos JEF's				
Quem mede	Núcleo de estatística				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	TRF2 (NUEST)				
Polaridade	Menor melhor				
Por quê medir	Para mensurar a agilidade dos trâmites judiciais, através da redução da taxa de congestionamento.				
Como medir	1 – { total de processos judiciais baixados/ (casos novos + casos pendentes) }				
Situação (2009)	1º grau - 70% (jun 2009) previsão dez 2009 - 49% (SJRJ) 35% (SJES) JEFRJ(34%) JEFES(60%) TRF2 - 66,8% (jun 2009) previsão dez 2009 - 46%				
Situação (2010)	TRF2: 50% - SJRJ: 46% - SJES: 30,27% JEFRJ: 53% - JEFES: 31,51%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	43%	40%	37%	34%	31%
SJRJ	46%	43%	40%	37%	34%
SJES	32%	29%	26%	23%	20%
JEFRJ	31%	28%	25%	22%	19%
JEFES	57%	54%	51%	48%	45%

Indicador 04

Objetivo: Agilizar os trâmites judiciais e administrativos

INDICADOR: Tempo médio na tramitação no processo da aquisição de bens e serviços

Tipo de Indicador	Eficácia				
O quê mede	Mede o tempo de finalização dos processos de aquisição de bens e serviços				
Quem mede	TRF2 (SAD), SJRJ (SAD E SCM), SJES (Núcleo de contratações)				
Quando medir	Anual				
Onde medir	TRF2 (SAD), SJRJ (SAD E SCM), SJES (Núcleo de contratações)				
Polaridade	Maior melhor				
Por quê medir	Para avaliar a tramitação dos processos administrativos (de aquisição) dentro dos padrões estabelecidos.				
Como medir	% entre processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão, em relação ao total: A - 120 dias, para concurso e concorrências dos tipos empreitada integral, técnica ou técnica e preço; B - 105 dias, para demais concorrências e tomada de preços dos tipos técnica e técnica e preço; C - 60 dias, para demais tomadas de preços; D - 50 dias, para convites e pregão; E - 8 dias para dispensa e inexigibilidade				
Situação (2009)	TRF2: 55% SJRJ: NM SJES:27%				
Situação (2010)	TRF2: 41% SJRJ: 59,9% SJES: 13,71%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	60%	70%	80%	90%	100%
SJRJ	50%	60%	70%	80%	90%
SJES	32%	75%	80%	85%	90%

Indicador 05

Objetivo: Otimizar a gestão de custos operacionais

INDICADOR: Despesa por processo judicial

Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	A despesa total (empenhada) por processo baixado				
Quem mede	SPO (TRF2) – SJRJ (SOF) – SJES (NOF)				
Quando medir	Anual				
Onde medir	SPO (TRF2) – SJRJ (SOF) – SJES (NOF)				
Polaridade	Menor melhor				
Por quê medir	Para análise da despesa total por processo				
Como medir	Despesa total - inativos – precatórios - rpv – investimentos + depreciação /processos baixados				
Situação (2009)	TRF2: R\$ 3.606,43 SJRJ: R\$ 1.850,86 SJES: R\$ 2.671,53				
Situação (2010)	TRF2: R\$ 4.575,21 SJRJ: R\$ 2.140,43,86 SJES: R\$ 3.474,38				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	3.610,00	3.690,00	3.825,00	3.990,00	4.200,00
SJRJ	1.940,00	2.040,00	2.140,00	2.250,00	2.360,00
SJES	2.850,00	2.940,00	3.090,00	3.245,00	3.400,00

Indicador 06

Objetivo: Otimizar os processos de trabalho.

INDICADOR: Virtualização dos processos

Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	A quantidade de processos novos eletrônicos				
Quem mede	STI				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	TRF, SJRJ e SJES (unidades processantes, varas, JEFs)				
Polaridade	Maior melhor				
Por quê medir	Levantamento dos processos virtualizados				
Como medir	Proc. Novos Eletrônicos / Proc. Novos Recebidos				
Situação (2009)	Não há medição atual				
Situação (2010)	TRF2: 0% - SJRJ: 84,1% - SJES:76,5%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	50%	60%	70%	80%	90%
SJRJ	100%	100%	100%	100%	100%
SJES	100%	100%	100%	100%	100%

Obs.: O calculo das SJs considerou a media entre 1º grau e JEFs.

Indicador 07

Objetivo: Otimizar os processos de trabalho.

INDICADOR: Processos de trabalho implantados

Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	O quantitativo de processos implantados, em relação aos processos mapeados no SIGJUS				
Quem mede	TRF2 (AGOR), SJRJ (CGOR) e SJES (SEGOR) – Escritórios de processos				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	Áreas administrativas do TRF e Seções				
Polaridade	Maior melhor				
Por quê medir	Levantamento dos processos implantados, em relação aos processos mapeados no SIGJUS				
Como medir	<i>Processos de trabalho implantados</i> <i>Número total de processos de trabalho mapeados</i>				
Situação (2009)	01 processo mapeado implantado e otimizado – 0,5%				
Situação (2010)	TRF2: 3,5% - SJRJ: 16,6% - SJES: 6,4%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	70% (adm.)	90% (adm.)	100% (adm.)	100% (adm.)	100% (adm.)
SJRJ	70% (adm.)	90% (adm.)	100% (adm.)	100% (adm.)	100% (adm.)
SJES	70% (adm.)	90% (adm.)	100% (adm.)	100% (adm.)	100% (adm.)

Indicador 08

Objetivo: Facilitar o acesso à Justiça Federal da 2ª Região

INDICADOR: Número de magistrados por habitantes

Tipo de Indicador	Eficácia				
O quê mede	Número de magistrados de 1º e 2º grau, pelo total de habitantes				
Quem mede	NUEST				
Quando medir	Anual				
Onde medir	NUMAG/SRH e Censo/IBGE				
Polaridade	Maior melhor				
Por quê medir	Para apurar relação de magistrado da região por habitantes				
Como medir	Nº de magistrados por 100.000 habitantes				
Situação (2009)	NºMAG. TRF2 – 27 SJRJ – 178 SJES - 34				
Situação (2010)	TRF2(2010): 0,13 - SJRJ (2010): 1,35 - SJES (2010): 1,19				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	0,14	0,14	0,14	0,13	0,13
SJRJ	1,14	1,32	1,34	1,37	1,39
SJES	1,00	1,16	1,21	1,26	1,30

Indicador 09

Objetivo: Facilitar o acesso à Justiça Federal da 2ª Região

INDICADOR: Grau de interiorização da Justiça

Tipo de Indicador	Eficácia				
O quê mede	Quantidade de municípios atendidos pela Justiça Federal				
Quem mede	Corregedoria				
Quando medir	Anual				
Onde medir	Varas Federais e JEFS				
Polaridade	Maior melhor				
Por quê medir	Para verificar a quantidade dos municípios com vara federal instalada na 2ª Região				
Como medir	municípios atendidos com vara federal instalada / Total de municípios				
Situação (2009)	SJRJ – 21,7% atendidos (92 municípios) - SJES – 6,4% atendidos (76 municípios)				
Situação (2010)	SJRJ: $20 / 92 \times 100 = 21,73\%$ - SJES: $6 / 76 \times 100 = 7,89\%$				
META	2010	2011	2012	2013	2014
SJRJ	21,7%	21,7%	21,7%	23,9%	23,9%
SJES	6,4%	6,4%	7,7%	7,7%	9%

Indicador 10

Objetivo: Promover a efetividade no cumprimento das decisões

INDICADOR: Taxa de congestionamento (execução)

Tipo de Indicador	Eficácia				
O quê mede	Mede a relação entre os processos de execução baixados (1º, 2º grau e JEFS) e o acervo existente				
Quem mede	NUEST				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	TRF, Varas federais e JEFS				
Polaridade	Menor melhor				
Por quê medir	Para verificar o quantitativo execução baixadas em relação as execuções pendentes				
Como medir	$1 - \{ \text{processos de execução baixados (1º, 2º grau e JEFS)} / (\text{casos novos exec.} + \text{pendentes exec.} + \text{exec. Judiciais no 1º, 2º grau e JEFS}) \}$				
Situação (2009)	1º Grau – 94,7% (jun 2009) previsão dez 2009 90% (SJRJ) 88% (SJES) JEFRJ(61%) JEFES(68%)				
Situação (2010)	TRF2: Não se aplica - SJRJ: 89,2% - SJES: 88,5% - JEFRJ: 42,7% - JEFES: 44,5%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	-	-	-	-	-
SJRJ	87%	84%	81%	78%	75%
SJES	85%	82%	79%	76%	73%
JEFRJ	58%	55%	52%	49%	46%
JEFES	65%	62%	59%	56%	53%

Indicador 11

Objetivo: Promover a cidadania

INDICADOR: Número iniciativas sociais realizadas

Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Número de iniciativas sociais realizadas pelo órgão				
Quem mede	TRF (SEG / EMARF / CCJF / ACOS), SJRJ (NCOS), SJES (SECOM)				
Quando medir	Anual				
Onde medir	TRF (SEG / EMARF / CCJF / ACOS), SJRJ (NCOS), SJES (SECOM)				
Polaridade	Maior melhor				
Por quê medir	Para apurar o número de ações e/ou projetos que promovam a inclusão social e contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão.				
Como medir	Total de iniciativas sociais realizadas pelo órgão pelo total de iniciativas sociais realizadas pelo órgão no período anterior.				
Situação (2009)	Não há medição atual				
Situação (2010)	TRF2: 381 – SJRJ: 9 – SJES: 8				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	A definir	-	-	-	-
SJRJ	08	10	11	12	14
SJES	A definir	-	-	-	-

Indicador 12

Objetivo: Promover a cidadania

INDICADOR: Número de pessoas beneficiadas pelas iniciativas sociais realizadas

Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Número de pessoas diretamente beneficiadas pelas iniciativas sociais realizadas pelo órgão				
Quem mede	TRF (SEG / EMARF / CCJF / ACOS), SJRJ (NCOS), SJES (SECOM)				
Quando medir	Anual				
Onde medir	TRF (SEG / EMARF / CCJF / ACOS), SJRJ (NCOS), SJES (SECOM)				
Polaridade	Maior melhor				
Por quê medir	Apuração do número de participantes nas iniciativas sociais realizadas pelo órgão				
Como medir	Total de participantes nas iniciativas sociais realizadas no período Pelo Total de participantes nas iniciativas sociais realizadas no período anterior				
Situação (2009)	Não há medição atual				
Situação (2010)	TRF2: 114.119 - SJRJ: 1086 – SJES: não medido				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	A definir	-	-	-	-
SJRJ	420	700	770	840	980
SJES	A definir	-	-	-	-

Indicador 13

Objetivo: Incentivar e promover a responsabilidade ambiental

INDICADOR: Consumo de papel

Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Consumo per capita de resmas de papel no período.				
Quem mede	TRF2 (SAT), SJRJ (SCM), SJES (SEMAT)				
Quando medir	Anual				
Onde medir	Almoxarifado				
Polaridade	Menor melhor				
Por quê medir	Para apurar o consumo per capita de resmas de papel em relação à média do consumo do ano anterior.				
Como medir	Variação do consumo per capita de resmas de papel utilizada no período				
Situação (2009)	TRF2: 7,9 resmas / per capita SJRJ: 11 resmas / per capita SJES: 13,15 resmas / per capita				
Situação (2010)	TRF2: $12.615 / 1970 = 6,4$ resmas / per capita SJRJ: $29.699 / 3.829 = 7,75$ resmas / per capita SJES: $6.287 / 863 = 7,2$ resmas / per capita				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	7,5	7	6,5	6	5
SJRJ	10	10	9	9	8
SJES	12	11,4	10,4	9	6

Indicador 14

Objetivo: Incentivar e promover a responsabilidade ambiental

INDICADOR: Consumo de água

Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Consumo per capita com água no período.				
Quem mede	TRF2 (DIAMP), SJRJ (SIE), SJES (NOM)				
Quando medir	Anual				
Onde medir	Faturas de serviços de água e esgoto.				
Polaridade	Menor melhor				
Por quê medir	Para apurar o consumo per capita de água, em relação à média do consumo do ano anterior.				
Como medir	Variação do consumo per capita de água utilizada no período				
Situação (2009)	TRF2: 22,3 m ³ / per capita SJRJ: 20,3 m ³ per capita (estimativa, haja vista não haver ainda medições de novembro e dezembro pelas concessionárias). SJES: 17m ³ /per capita				
Situação (2010)	TRF2: $46.584 / 1970 = 23.64$ m ³ / per capita SJRJ: $68289 / 3829 = 17,83$ m ³ / per capita SJES: $12.818,1 / 863 = 14.8$ m ³ / per capita				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	22,0 m ³	21,6 m ³	21,2 m ³	20,8 m ³	20,4 m ³
SJRJ	20,3 m ³	20,5 m ³	20,9 m ³	21,1 m ³	21,3 m ³
SJES	16,5 m ³	16 m ³	15,5 m ³	15 m ³	14,5 m ³

Indicador 15

Objetivo: Incentivar e promover a responsabilidade ambiental

INDICADOR: Consumo de energia elétrica

Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Consumo per capita com energia elétrica em relação à média do consumo do ano anterior				
Quem mede	TRF2 (DIAMP), SJRJ (SIE), SJES (NOM)				
Quando medir	Anual				
Onde medir	Faturas de serviços de energia elétrica				
Polaridade	Menor melhor				
Por quê medir	Para apurar o consumo per capita de energia elétrica				
Como medir	Variação do consumo per capita de energia elétrica utilizada no período				
Situação (2009)	TRF2: 4.577 KW/h per capita - SJRJ: 2.035 KW/h per capita - SJES: 1.902 Kwh/ per capita				
Situação (2010)	TRF2: 4.928 KW/h per capita - SJRJ: 3.673 KW/h per capita - SJES: 2.087 Kwh/ per capita				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	4.639 kw/h	4.609 kw/h	4.580 kw/h	4.550 kw/h	4.520 kw/h
SJRJ	2.035 kw/h	2.075 kw/h	2.158 kw/h	2.201 kw/h	2.245 kw/h
SJES	1.850 kw/h	1.800 kw/h	1.750 kw/h	1.700 kw/h	1.650 kw/h

Indicador 16

Objetivo: Incentivar e promover a responsabilidade ambiental

INDICADOR: Responsabilidade ambiental

Tipo de Indicador	Eficácia				
O quê mede	Número de iniciativas para incentivar e promover a responsabilidade ambiental				
Quem mede	TRF2 (SEG/SEGEST), SJRJ (SLO), SJES (SEGOR)				
Quando medir	Anual				
Onde medir	TRF e Seções				
Polaridade	Maior melhor				
Por quê medir	Para verificar o aumento das iniciativas de responsabilidade ambiental.				
Como medir	Total de iniciativas de responsabilidade ambiental no período / Total de iniciativas de responsabilidade ambiental no período anterior				
Situação (2009)	TRF2: 36 - SJRJ: 07 - SJES: não há medição atual				
Situação (2010)	TRF2: 52 - SJRJ: 18 - SJES: 6				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	39	42	45	48	51
SJRJ	10	10	13	15	20
SJES	A definir	-	-	-	-

Indicador 17

Objetivo: Garantir o alinhamento estratégico e a integração da Justiça Federal da 2ª. Região.

INDICADOR: Projetos estratégicos executados no prazo estabelecido no plano do projeto

Tipo de Indicador	Eficácia				
O quê mede	Quantidade de projetos estratégicos executados no prazo.				
Quem mede	TRF2 (CEGEST), SJRJ (CGOR), SJES (SEGOR).				
Quando medir	Anual				
Onde medir	TRF2 (CEGEST), SJRJ (CGOR), SJES (SEGOR).				
Polaridade	Maior melhor				
Por quê medir	Para acompanhar a evolução da estratégia				
Como medir	Número de projetos estratégicos executados no prazo / Total de projetos estratégicos propostos				
Situação (2009)	não há medição atual				
Situação (2010)	TRF2: 27 / 35 = 77% - SJRJ: 6 / 6 = 100% - SJES: 16 / 22= 72%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	80%	80%	80%	80%	80%
SJRJ	80%	80%	80%	80%	80%
SJES	80%	80%	80%	80%	80%

Indicador 18

Objetivo: Fortalecer as relações da Justiça Federal da 2ª Região com outros órgão e instituições.

INDICADOR: Convênios de cooperação técnica com os demais poderes e instituições

Tipo de Indicador	Efetividade				
O quê mede	Número de convênios de cooperação técnica realizadas com resultados.				
Quem mede	TRF2 (AGOR), SJRJ (NJUD/SG), SJES (NAJ)				
Quando medir	Anual				
Onde medir	TRF2 (AGOR), SJRJ (NJUD/SG), SJES (NAJ)				
Polaridade	Maior melhor				
Por quê medir	Para identificar as relações em parcerias entre instituições.				
Como medir	Número de convênios de cooperação técnica com resultados alcançados pelo total de convênios de cooperação técnica				
Situação (2009)	SJRJ: 12 convênios = 75% de êxito				
Situação (2010)	TRF2: 5 / 5 = 100% - SJRJ: 2 / 3 = 66% - SJES: 46 / 46 =100% convenios				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	70%	75%	80%	85%	90%
SJRJ	87%	88%	95%	95,2%	95,6%
SJES	60%	65%	70%	75%	80%

Indicador 19

Objetivo: Fortalecer a imagem e aperfeiçoar a comunicação da Justiça Federal da 2ª Região.

INDICADOR: Informações positivas na mídia

Tipo de Indicador	Efetividade				
O quê mede	Quantidade de informações positivas sobre a Justiça Federal da 2ª Região				
Quem mede	TRF2 (ACOS), SJRJ (NCOS), SJES (SECOM)				
Quando medir	Anual				
Onde medir	Na mídia				
Polaridade	Maior melhor				
Por quê medir	Para verificar a imagem da Justiça Federal da 2ª Região				
Como medir	Quantidade de matérias positivas pelo total de matéria				
Situação (2009)	TRF2 (ACOS): 247 matérias positivas até 30/11/2009 de um total de 332 matérias produzidas (74%) SJRJ E SJES: não há medição atual				
Situação (2010)	TRF2: 431 / 488 = 88,31% - SJRJ: não medido - SJES: 118 / 129 = 91,47%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	77%	81%	85%	89%	93%
SJRJ	75%	80%	85%	90%	95%
SJES	A definir	-	-	-	-

Indicador 20

Objetivo: Fortalecer a imagem e aperfeiçoar a comunicação da Justiça Federal da 2ª Região.

INDICADOR: Satisfação dos servidores com a comunicação interna

Tipo de Indicador	Efetividade				
O quê mede	Mede a satisfação dos servidores com a comunicação interna da Justiça Federal da 2ª Região				
Quem mede	TRF2 (RH), SJRJ (RH), SJES (NGP)				
Quando medir	Anual				
Onde medir	Na pesquisa de clima organizacional				
Polaridade	Maior melhor				
Por quê medir	Para verificar a satisfação dos servidores com a comunicação interna da Justiça Federal da 2ª Região				
Como medir	% de avaliações positivas da pesquisa de clima organizacional, nas questões relativas a comunicação interna.				
Situação (2009)	não há medição atual				
Situação (2010)	Pesquisa será realizada pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	a definir	-	-	-	80%
SJRJ	65%	75%	78%	80%	85%
SJES	a definir	-	-	-	80%

Indicador 21

Objetivo: Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores com foco em resultados

INDICADOR: Capacitação nas competências estratégicas.

Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores com foco em resultados				
Quem mede	TRF2 (SRH/DICRE/EMARF), SJRJ (SGP/CCDE), SJES (NGP/SEDRE/EMARF)				
Quando medir	Anual				
Onde medir	TRF2 (SRH/DICRE/EMARF), SJRJ (SGP/CCDE), SJES (NGP/SEDRE/EMARF)				
Polaridade	Maior melhor				
Por quê medir	Para capacitar magistrados e servidores com foco em resultados				
Como medir	Total de pessoas treinadas com pelo menos * 15 horas nas competências estratégicas pelo total de pessoas				
Situação (2009)	TRF2: 25%				
Situação (2010)	TRF2: 325 (183 mag.+ 142 serv.) / 1472 (233 mag.+ 1239 serv.) = 22% SJRJ: 897 / 2458 = 36,49% - SJES= 154 / 530= 29%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	25%	27,5%	30%	32,5%	35%
SJRJ	a definir	-	-	-	-
SJES	a definir	-	-	-	-

Indicador 22

Objetivo: Fortalecer o clima organizacional e o bem-estar dos magistrados e servidores

INDICADOR: Clima organizacional

Tipo de Indicador	Eficácia				
O quê mede	Mede a satisfação dos servidores e magistrados em relação às perspectivas da pesquisa de clima organizacional (trabalho em equipe, liderança, conhecimento da instituição, motivação, qualidade de vida, administração, infra-estrutura, relacionamento interpessoal e comunicação)				
Quem mede	TRF2 (SRH), SJRJ (SGP/CCDE), SJES (SEDRE / NGP)				
Quando medir	Anual				
Onde medir	Nas áreas administrativa e judiciária				
Polaridade	Maior melhor				
Por quê medir	Para avaliar a satisfação dos magistrados e servidores com o clima organizacional				
Como medir	% de avaliações positivas nas perspectivas da pesquisa de clima organizacional				
Situação (2009)	não há medição atual				
Situação (2010)	Pesquisa será realizada pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	50%	55%	60%	65%	70%
SJRJ	50%	55%	60%	65%	70%
SJES	50%	55%	60%	65%	70%

Obs.: Pesquisa realizada com material encaminhado pelo CNJ.

Indicador 23

Objetivo: Fortalecer o clima organizacional e o bem-estar dos magistrados e servidores

INDICADOR: Absenteísmo

Tipo de Indicador	Efetividade				
O que mede	Mede o índice de absenteísmo dos servidores				
Quem mede	TRF2 (SRH/SECENF), SJRJ (SGP/ CAMS), SJES (SEBES /NGP)				
Quando medir	Anual				
Onde medir	Nas áreas administrativa e judiciária				
Polaridade	Menor melhor				
Por que medir	Para apurar o grau de afastamento no trabalho.				
Como medir	Nº de dias não trabalhados / nº de servidores x nº de dias úteis X 100				
Situação (2009)	TRF2 - 6%				
Situação (2010)	TRF2: 3,25% - SJRJ: 5,84% - SJES: 4,32%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	6%	6%	6%	6%	6%
SJRJ	6%	6%	6%	6%	6%
SJES	6%	6%	6%	6%	6%

Indicador 24

Objetivo: Garantir a infraestrutura suficiente à execução das atividades administrativas e judiciais.

INDICADOR: Aderência aos padrões mínimos de TI estabelecidos para o Poder Judiciário.

Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	Aderência aos padrões mínimos de TI, estabelecido para o judiciário				
Quem mede	TRF2 (STI), SJRJ (STI), SJES (NTI)				
Quando medir	Anual				
Onde medir	TRF2 (STI), SJRJ (STI), SJES (NTI)				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Para verificar se os padrões de TI mínimos estão sendo atendidos				
Como medir	Itens atendidos pelo total de itens				
Situação (2009)	não há medição atual				
Situação (2010)	TRF2: 70% - SJRJ: 75% - SJES: Não medido				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	20%	40%	60%	80%	100%
SJRJ	82%	85%	87%	90%	95%
SJES	20%	40%	60%	80%	100%

Obs.: falta definição dos critérios mínimos as serem observados no cálculo Res. 90/2009-CNJ

Indicador 25

Objetivo: Garantir a infraestrutura suficiente à execução das atividades administrativas e judiciais.

INDICADOR: Índice de satisfação com as instalações físicas

Tipo de Indicador	Efetividade				
O quê mede	A satisfação dos magistrados e servidores com as instalações físicas				
Quem mede	TRF2 (SRH/SECENF), SJRJ (SGP/ CAMS), SJES (SEBES /NGP)				
Quando medir	Anual				
Onde medir	Nas áreas administrativa e judicial				
Polaridade	Maior melhor				
Por quê medir	Para verificar a satisfação dos magistrados e servidores com as instalações físicas				
Como medir	Pesquisa de clima organizacional				
Situação (2009)	não há medição atual				
Situação (2010)	Pesquisa será realizada pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	70%	75%	80%	85%	90%
SJRJ	67%	74%	81%	88%	90%
SJES	60%	65%	70%	75%	80%

Indicador 26

Objetivo: Garantir o acesso e funcionamento de sistemas essenciais da tecnologia de informação

INDICADOR: Disponibilidade de serviços essenciais de TI.

Tipo de Indicador	Eficácia				
O quê mede	Tempo de disponibilidade dos serviços essenciais.				
Quem mede	TRF2 (STI), SJRJ (STI), SJES (NTI)				
Quando medir	Mensal				
Onde medir	TRF2 (STI), SJRJ (STI), SJES (NTI)				
Polaridade	Maior melhor				
Por quê medir	Para verificar a disponibilidade dos serviços				
Como medir	1 - tempo de indisponibilidade de serviços essenciais pelo tempo total do período				
Situação (2009)	Não há medição atual				
Situação (2010)	TRF2: 98,55% - SJRJ: 93,70% - SJES: 96,40%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	97,5%	98%	98,5%	99,5%	99,9%
SJRJ	97,5%	98%	98,5%	99,5%	99,9%
SJES	95%	98%	98,5%	99,5%	99,9%

Indicador 27

Objetivo: Assegurar recursos orçamentários e priorizar a sua execução na estratégia

INDICADOR: Orçamento estratégico.

Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Participação dos projetos estratégicos sobre o orçamento				
Quem mede	TRF2 (SPO), (SJRJ (SOF), SJES (SEPLAN)				
Quando medir	Anual				
Onde medir	TRF2 (SPO), (SJRJ (SOF), SJES (SEPLAN)				
Polaridade	Maior melhor				
Por quê medir	Para verificar quanto foi previsto com projetos estratégicos em relação ao orçamento de custeio + capital				
Como medir	Valor destinado aos projetos estratégicos / total do orçamento custeio + capital				
Situação (2009)	TRF2: 13,8% SJRJ: 11,9% SJES: 18,5%				
Situação (2010)	TRF2: 3,1% SJRJ: 1,7% SJES: 1,7%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	14,5%	15,5%	16,5%	18,5	20,0%
SJRJ	13,0%	15,0%	16,0%	18,0%	20,0%
SJES	14,0%	15,0%	16,0%	18,0%	20,0%

Indicador 28

Objetivo: Assegurar recursos orçamentários e priorizar a sua execução na estratégia

INDICADOR: Execução do orçamento estratégico.

Tipo de Indicador	Eficácia				
O quê mede	Nível de execução dos projetos estratégicos.				
Quem mede	TRF2				
Quando medir	Anual				
Onde medir	TRF2 (SPO), (SJRJ (SOF), SJES (SEPLAN)				
Polaridade	Maior melhor				
Por quê medir	Para apurar a utilização do valor disponibilizado para os projetos estratégicos.				
Como medir	Valor comprometido (empenhado) dos projetos estratégicos / Valor dos projetos estratégicos				
Situação (2009)	não há medição atual				
Situação (2010)	TRF2: R\$ 5.149.397,17 / R\$ 8.533.104,60 = 60% SJRJ: R\$ 11.350.000,00 / R\$ 11.947.368,42 = 95% SJES: não informado				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF2	80%	85%	90%	95%	100%
SJRJ	80%	85%	90%	95%	100%
SJES	80%	85%	90%	95%	100%